



REVISTA ELETRÔNICA

ANTIGUIDADE
CLÁSSICA

ISSN 1983-7615

Segunda Edição

II SEMESTRE
2008

**Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre
II/2008
ISSN 1983-7615**

EXPEDIENTE

Direção e Edição

Katia Teonia
Leandro Hecko

Conselho Editorial

Alexandre dos Santos Rosa
Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Ana Lúcia Silveira Cerqueira
Breno Battistin Sebastiani
Fábio Frohwein
Lívia Lindóia Paes Barreto
Márcio dos Santos Gomes
Renata Cerqueira Barbosa

Revisão Técnica

Leandro Hecko

SUMÁRIO

✓ Apresentação – Katia Teonia e Leandro Hecko – p.4

✓ Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar – Breno Battistin Sebastiani

<http://lattes.cnpq.br/4829873824662045> - pp.6-25

✓ O dístico elegíaco em português: tradução de Ovídio, *Amores*, I, 1, 4, 5, 9 –
Brunno V.G. Vieira

<http://lattes.cnpq.br/0827122705927228> - pp. 26-37

✓ Aspecto verbal em Varrão – Giovanna Mazzaro Valenza

<http://lattes.cnpq.br/8938149505433231> - pp. 38-51

✓ O escopo do *Górgias* de Platão e o objeto do élenkhos socrático – Janaína
Silveira Mafra

<http://lattes.cnpq.br/7900026070119121> - pp. 52-59

✓ Em busca da imortalidade: algumas reflexões sobre a Biografia e a História
– Renata Cerqueira Barbosa

<http://lattes.cnpq.br/9821888755147694> - pp. 60-68

✓ O Herói Ilidíaco e a Questão da Euforia Guerreira – Vânia Maria Moragas
Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/8619665668044148> - pp. 69-76

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.4-5

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que vimos lançar o segundo número da **Revista Eletrônica Antiguidade Clássica**, reunindo mais seis artigos inéditos da área de Estudos Clássicos.

Para o primeiro número foram constatados mais de mil acessos ao conteúdo, de todas as regiões do Brasil e ainda Estados Unidos, Portugal, Angola, Moçambique e Japão. Recebemos inúmeros comentários positivos e de congratulações pelo trabalho desenvolvido. Junto a esses comentários somamos nossos agradecimentos aos autores colaboradores que gentilmente encaminharam suas produções para divulgação confiando na proposta da revista: divulgação do conhecimento das áreas de Estudos Clássicos.

Para este segundo número, uma precisa contribuição vem de Breno Battistin Sebastiani, buscando através da intertextualidade entre Políbio e Timeu de Tauromênio uma crítica historiográfica de Políbio ao seu antecessor.

Em uma contribuição diferenciada e muito rica Brunno Vieira nos brinda com uma tradução comentada de Ovídio, optando pela expressão do dístico elegíaco em uma seleção própria de versos, abrindo caminho para leituras e fontes de pesquisa.

Giovanna Mazzaro Valenza discute o aspecto verbal em Varrão, destacando formas próprias no autor latino, contribuindo para os estudos da língua latina.

Com aspectos da Ética e Retórica, Janaína Silveira Mafra discute o Górgias de Platão, numa abordagem filosófica que delimita o élenkhos socrático e suas manifestações nos *logos* inseridos nos diálogos.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.4-5

Pensando a relação Biografia e História, Renata Cerqueira Barbosa traz uma reflexão sobre a utilização de aspectos biográficos como fonte histórica na Antiguidade, analisando alguns teóricos que abordam a questão.

Por fim, nesta edição, Vania Maria Moragas Ferreira traz uma tema muito importante e discutido, ligado à *Ilíada*: a questão do Heróis e os aspectos/conceitos em torno dessa figura.

Aproveitamos a ocasião para desejar a todos um excelente fim de ano, muitas festas, alegrias e que se inicie um Ano Novo com muito amor, paz, conhecimento e sabedoria.

“Na terra asiática longe
Deixei o sacro Tmolos e danço
Por Brômio a doce dança
E a bem fatigante fadiga
Na celebração de Báquios.
Ó da rua! Ó da rua! Ó do palácio!
Desloque-se e com a boca pura de voz
Santifique-se todo,
Pois os hinos eternos
A Dioniso hincarei.”

(“Coro de Bacas”, 64-73. *Bacas*. Eurípides. Trad. J.A.A. Torrano. São Paulo: HUCITEC, 1995)

Kátia Teonia e Leandro Hecko

Diretores da Revista Eletrônica Antiguidade Clássica

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar

Breno Battistin Sebastiani

Professor de Língua e Literatura Grega do DLCV-FFLCH-USP

De modo análogo aos ἀγωνεῖς políticos, trágicos ou erísticos, os ataques polibianos a um historiador seu antecessor discutem e desqualificam a posição assumida pelo adversário em favor da posição do atacante relativamente a um mesmo assunto. Diferentemente, porém, nos ataques polibianos apenas uma das partes tem voz ativa: a crítica se dá a um adversário cujas posições se reduzem às citações pontuais selecionadas por seu opositor. Desse modo, se por um lado Políbio firma a própria posição derrogando os argumentos da parte contrária, por outro enriquece, ou empobrece, as possibilidades analíticas derivadas da crítica dada a (in)exata circunscrição dos pontos criticados.

Além de não se constituir meramente em recurso empregado a fim de brilhar covardemente à custa de um adversário impossibilitado de responder, ou cujas respostas estão condicionadas ao enfoque parcial do atacante, o desenvolvimento da polêmica no texto de Políbio aponta para uma prática corrente entre os autores dos séculos III e II a.C., o questionamento e a revisão dos pontos de vista dos escritores de períodos anteriores.¹. Nesse sentido, as críticas polibianas visam (r)estabelecer um paradigma de metodologia historiográfica partindo da precisa identificação dos pontos considerados problemáticos na parte contrária, e não a mera desqualificação da obra desta como um todo. Assim, tal procedimento torna-se fecundo, posto constituir índice das possibilidades e necessidades de um mundo no qual se amplia e acentua a transmissão escrita do conhecimento.

Políbio dedica o livro XII² das *Histórias* a discutir as falhas metodológicas de seus predecessores e por conseqüência estabelecer seu próprio método de trabalho. Plenamente inspirado pelo “esprit de son siècle”³, o historiador megalopolitano critica acerba e principalmente aquilo que considera erros históricos e metodológicos de Timeu

¹ Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, pp. 42-45, I. L’esprit critique, in: Gabba, 1973.

² Sobre o livro XII, sua partição e análise do conteúdo cf. Sacks, 1981, cap. 2: “The narrative method”.

³ Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, p. 45, in: Gabba, 1973.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

de Tauromênio⁴. Para o motivo da inserção digressiva da extensa crítica exatamente neste livro Políbio dá uma pista: *ele [Timeu] historiou mal a respeito da Líbia e da Sardenha, e sobretudo a respeito da Itália* (Pol., XII, 4c, 2). É bastante provável que em meio à narrativa dos conflitos que conformaram e das regiões atingidas pela Segunda Guerra Púnica Políbio teve de recorrer à obra de Timeu, de cujas informações retirou o aproveitável e criticou o que considerou inapropriado para uma obra historiográfica⁵. Além disso, é possível também que Políbio, colocando-se como sucessor de Tucídides quanto à abordagem política da história, critique a postura “herodoteana” de Timeu, a privilegiar questões mais antropologicamente orientadas⁶.

A crítica polibiana a Timeu também se insere no debate pela determinação de uma apropriada metodologia historiográfica⁷, no contexto da disputa entre “dois usos opostos da história que visavam à preparação do homem político, mas de maneira diferente e em níveis diferentes: de um lado a prática isocrática, que elencava precisos objetivos culturais e políticos a serem perseguidos, de outro a que fornecia todos os instrumentos de técnica política, rigorosamente controlados, os quais o político deveria levar em conta nas suas decisões para não incorrer nos erros cometidos no passado. A primeira é uma historiografia de propaganda, e nesse sentido também fiel a uma sua verdade; a segunda, programaticamente ‘imparcial’ e ‘objetiva’, não se empenha politicamente, porque voltada para a elaboração de uma técnica útil para o político, quaisquer que sejam seus objetivos particulares e contingentes”⁸. Por outras palavras, a preocupação de Timeu era fornecer conteúdos para o exercício da política, sem necessariamente imprimir-lhes nenhuma orientação ética, enquanto que a de Políbio era, por meio da determinação de uma ética política comum ao historiador e ao homem

⁴ Timeu de Tauromênio (IV-III a.C.). Mais famoso e importante historiador da Sicília e dos gregos do ocidente: Marincola, 2001, p. 109. Escreveu uma história da Sicília desde as origens até 289 a.C. em 38 livros, narrou as guerras entre Pirro e Roma até 264 a.C. e redigiu uma cronologia dos vencedores olímpicos.

⁵ Conjectura de Sacks, 1981, p. 48.

⁶ Sacks, 1981, p. 70. Segundo Fraser, 1972, p. 763, é imenso o impacto de Timeu sobre Políbio, o que o coloca entre os mais influentes historiadores do período, algo constatável por sua importância também para os historiadores gregos e mitógrafos até o período imperial romano.

⁷ Walbank, 1972, pp. 50 e 52-3 aponta duas razões para o ataque de Políbio a Timeu: porque genuinamente via erros no trabalho do predecessor e por razões pessoais, pois que este era o primeiro grande historiador grego de Roma, reputação almejada por Políbio. O uso da polêmica aberta ou não era um procedimento recorrente na historiografia antiga. Era um importante meio de autodefinição do historiador antigo. Nenhum outro o utilizou tão vastamente quanto Políbio. Cf. Marincola, 1999, pp. 218, 229 e ss, e Marincola, 2001, p. 134. Para uma relação das diversas polêmicas provocadas por Políbio ao longo de sua obra cf. Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, pp. 44-45, in: Gabba, 1973.

⁸ Gentili e Cerri, 1975, p. 45.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

prático, fornecer o instrumental epistemológico para que o sucesso político fosse ao mesmo tempo prática e eticamente orientado.

A primeira dessas acusações se reporta à negligência de Timeu quanto à importância do questionamento e, por conseqüência, seu afastamento da verdade almejada pela prática historiográfica⁹:

a parte respeitante aos questionamentos é definitivamente negligenciada por ele, a mais importante da história. Pois uma vez que freqüentemente as ações se realizam em conjunto; que é impossível estar presente em muitos lugares ao mesmo tempo; e que não é possível um só indivíduo tornar-se a um só tempo observador de todos os lugares do mundo habitado e de todas as particularidades dos locais, é preciso que colha instrução de muitas fontes, que creia nas dignas de crença e também seja juiz não mau dos testemunhos que se apresentem. Quando Timeu reclama grande ênfase nessa seção, parece-me que se afasta ao máximo da verdade; pois deixa tanto de examinar a verdade com precisão por intermédio de outros quanto não se faz observador de locais nem vai em pessoa a eles, não nos conduzindo a nada são a respeito disso (Pol., XII, 4c, 3 - 4d, 1-2).

Negligenciar a prática do questionamento¹⁰ (*αἰάκρισις*) significa para o historiador antigo colocar em perigo a credibilidade de sua narrativa, por duas razões: primeiro, porque é impossível presenciar (*παρειῆαι*) todas as ações em todos os lugares, pois que ocorrem ao mesmo tempo; segundo, porque é impossível ser observador único (*αὐτόπῃν τὸν εἴνα*) de todas as regiões do mundo e suas particularidades. O questionamento seria a ferramenta historiográfica utilizada para suprir essas duas limitações, permitindo ao historiador ser um *κριθῆς μη>κακός* e assim infundir credibilidade à sua narrativa, pois que só crê no que é digno de crença (*πίστευειν τοῖς αἰίοις πίστewς*). Devido à limitação humana relativa ao

⁹ Limitar a história à esfera científica contraria a visão que a antiguidade possuía sobre ela. Já desde Heródoto a história consistia numa fusão de ciência e arte, em que se emparelhavam a análise precisa e ecos épico-poéticos (Strasburger, “La storia secondo i Greci: due modelli storiografici”, p. 7, in: Musti, 1979). Daí a opção pela denominação “prática historiográfica”, genérica, sem confinar a história a nenhuma esfera em separado.

¹⁰ Sobre os significados do questionamento em Políbio, cf. Sacks, 1981, p. 205: “não a mera coleção de testemunhos mas a apreciação crítica e a coleção após entendimento baseadas na própria experiência do historiador em circunstâncias similares”. Walbank, 1999, v. II, *ad locum*, verte *αἰάκρισις* por “personal inquiry”. A opção por “questionamento” mantêm a abrangência do inglês, com a vantagem de poder ser aplicada também sobre a temporalidade do passado, algo que “personal inquiry” apenas resvala.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

testemunho onipresente e à negligência quanto ao questionamento, Timeu afasta-se ao máximo da *αληθεια*. Três conceitos metodológicos fundamentais estão apontados nessa acusação: a) a verdade como *τέλοϛ* metodológico da narrativa, cuja importância em muitas partes Políbio faz referência¹¹. Do mesmo modo como para Tucídides, que para aquilatar a precisão dos informes alheios, apenas os transcreve *ὄσον δυνάτον ἀκριβεῖς*, a verdade advinda da prática do questionamento é aferida por Políbio também em termos de precisão (*ἀκριβωϛ*); b) a presença física do historiador como máxima garantia da veracidade da apreensão da realidade e c) o questionamento como a mais importante ferramenta auxiliar da presença física, empregável para sanar limitações inerentes à condição humana. Essa primeira acusação relativa às negligências de Timeu é consequência de duas observações já feitas por Políbio para enfatizar a importância de seu método de pesquisa.

A primeira diz respeito ao meio empregado pelo historiador para falar dos tempos passados. Políbio estabelece qual seria o melhor ponto de partida para sua narrativa:

(...) determinamos ser esse o melhor substrato, primeiro porque a obra de Arato avançou até esse período, ao qual atamos nossa narração, decidindo relatar sua seqüência no que diz respeito aos gregos; e segundo porque os tempos de tal modo concorrem para os seguintes e para aqueles abarcados por nossa história que uns pertencem à nossa época, outros à de nossos pais. Disso segue-se que os primeiros nós próprios assistimos, sobre os outros ouvimos relatos de quem os presenciou. Pois não nos parecia ser seguro, em termos de concepções ou de declarações, acrescentar algo muito recuado no tempo, como se transcrevêssemos a audição da audição (Pol., IV, 2, 1-3).¹².

Políbio discerne três temporalidades distintas passíveis de serem abarcadas por um relato histórico, cuja precisão em sua apreensão aumenta conforme a proximidade do presente: a) um passado remoto (*τὸ ἀνωτέρω τοιϛ χρόνοιϛ*), acessível apenas mediante tradição (*ἀκροῖα ἐκ ἀκροῆϛ*), e não por intermédio direto do historiador

¹¹ Em XXXIV, 4, 2 Políbio sentença: *a finalidade da história é a verdade*. Muito embora esteja apontando a finalidade metodológica da historiografia tal como a concebe, Políbio o faz de modo singular: distinguindo, dentro da obra de Homero, porções de história, de narrativa e de mito. A primeira seria o caso do catálogo das naus; a segunda, os relatos de batalhas (*a finalidade da narrativa é a ênfase, como quando trata dos que lutam*); e o terceiro, não especificado (*e do mito é o prazer e o espanto*).

¹² Os eventos atribuídos por Políbio à geração de seus pais (cf., Pol., IV, 1) se situam entre 227-221 a.C. Cf. também Walbank, 1972, pp. 42-3 e Sacks, 1981, p. 115, n. 45.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

relatante. Corresponde ao período historiável mediante unicamente a consulta a documentos; b) um passado próximo (τοῦς χρόνουσ κατὰ τοῦς πατέρασ ἡμῶν) não vivido pelo historiador, mas acessível por intermédio do questionamento da geração que o presenciou (παρὰ τῶν ἐμῶν ἀρκότων ἀκῆκοίνοι) e c) o presente vivido pelo historiador (τοῦς χρόνουσ κατὰ ἡμᾶς) historiável a partir de sua presença cognitiva (τοίς αὐτοῦσ ἡμᾶς παραγεγονέναι) auxiliada pelo questionamento quando impossibilitada pelas limitações humanas. Ao negligenciar a prática do questionamento, Timeu teria comprometido a veracidade de seu relato seguramente em dois setores: a) no que diz respeito à apreensão do passado próximo, dado que acessível unicamente através de tal instrumento e b) no relativo ao presente, pois dadas as limitações humanas, o questionamento é a ferramenta auxiliar mais importante do testemunho pessoal direto. Talvez também a houvesse comprometido em relação ao passado remoto, se admitido emprego de tradições exclusivamente orais por tais historiadores.

A segunda observação explicita o que seria a verdade almejada pelo historiador, associando-a à visão por meio de uma comparação, a partir da constatação de que as obras que não contenham verdade não podem ser chamadas de história (Pol., XII, 12, 2):

concordo que é preciso predominar a verdade em obras de tal tipo, e conforme o assunto por vezes vejo-me eu próprio dizendo que tal como um corpo vivo privado da visão torna-se completamente inútil, do mesmo modo caso se suprima a verdade da história seu restante torna-se uma narração sem proveito (Pol., XII, 12, 3).

A visão está para o corpo assim como a verdade para a história: instrumento e produto do conhecimento elaborado se associam e convertem mutuamente. Pela visão se chega à verdade, e esta só é encontrada quando produto da visão. A verdade é tanto mais apreensível quanto mais a temporalidade relatada se aproxima do presente do historiador, e vice-versa. Se Timeu negligencia uma prática que lhe daria acesso às temporalidades mais próximas daquela que oferece o maior grau de apreensão verdadeira, *i. é* o presente presenciável, conseqüentemente é possível a Políbio concluir que a obra do siciliano se afasta maximamente da verdade.

A questão da visão se reporta diretamente ao conceito de αὐτοψία, o testemunho pessoal do historiador como garantia da máxima fidelidade de seu relato à

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

realidade historiável¹³. Discutindo a suposta existência do rio Eridano e das ilhas Cassitérides, que seriam os limites da Europa, Heródoto afirma: *isso não posso ouvir de nenhum observador* (Hdt., III, 115). Nenhuma testemunha ocular, nenhum observador direto aferiu essa informação, obtida pelo historiador por via de relatos. A existência de um *αὐλόπθης*, tanto melhor se fosse o próprio historiador, determinaria a legitimidade da informação. Sua ausência leva à ponderação desconfiada de Heródoto. Também Tucídides, muito embora não mencione explicitamente o conceito de *αὐλοψία*, tem-no em mente em dois momentos. Quanto às ações, sua presença, condição para a apreensão por meio da visão, também é fator fundamental (*παρῆ*). Por haver vivenciado toda a guerra, afirma que terá um conhecimento (*εἰσῶμαι*) preciso dela¹⁴. O verbo empregado, **εἶδω*, está na raiz de *ἱστορία*, e implica a noção de percepção na qual se incluem visão e intelecto¹⁵. Nas *Leis*, 900a2-3, o ateniense pergunta a Clínia: *não te inquietas vendo tudo assim, percebendo por ouvir ou tu próprio observador de fato?* Assim, em Platão a percepção pela visão ou pelo intelecto também está associada à obtenção de informações por via da audição ou da observação pessoal. Políbio, por sua vez, ao sinalizar que a finalidade de sua história seria dar a conhecer a situação de cada povo após o domínio romano, aponta como garantia da fidedignidade de seu relato o fato de ter sido não apenas *αὐλόπθης*, mas também *συνεργός* e *χειρίσθης* do processo em questão¹⁶. Políbio não enfatiza somente a importância de sua observação pessoal, mas dá as razões por que ela é vasta e consistente: observou os fatos não como espectador meramente, mas de modo ativo e engajado, como colaborador e participante de situações.

¹³ O *αὐλόπθης* da historiografia se distingue do *μάρτυρος* iliádico quanto à finalidade do ato de observar: a observação historiográfica visa obter informações, enquanto que o testemunho iliádico é solicitado como fonte de recordação da futura credibilidade de um juramento (cf. *Il.*, III, 280: *sede testimonhas, guardai os críveis juramentos*). Nesse sentido, o conceito de *αὐλόπθης* configura um desdobramento em relação ao de *μάρτυρος*, posto que tão somente observa, mas sem o necessário compromisso de preservar aquilo que foi observado. No Hino Homérico a Hermes a diferença é demarcada pela fala da divindade a Zeus (v. 372): *não traga testemunhas nem observadores dos deuses bem aventurados*. Cf. Nenci, 1958, pp. 227-8.

¹⁴ Cf. Tuc., V, 26, 5: *Tendo vivenciado tudo isso, compreendendo com a idade e aplicando o juízo conhecerei algo preciso*.

¹⁵ Para a análise filológica dos verbos gregos relativos à visão e suas implicações, cf. Prévot, 1935, *passim*.

¹⁶ Cf. Pol., III, 4, 13: (...) *μη>μόνον αὐλόπθης, ἀλλῖ! ἠμ̄! μὲν συνεργός ἠμ̄ δὲ καὶ χειρίσθης γεγονέναι* (...) (*não apenas observador, mas de algumas coisas colaborador, de outras também participante tornei-me*). Segundo Walbank, 1957, v. I, *ad locum*, Políbio teria sido *συνεργός* em Cartago, durante a Terceira Guerra Púnica, e *χειρίσθης* no estabelecimento da liga aquêia, por exemplo.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

A segunda acusação de Políbio relaciona a necessidade de experiência prática para a constituição da perícia do historiador, ao mesmo tempo em que uma erudição livresca não contribui para tanto:

a respeito dos acontecimentos de guerra, não é possível que alguém sem nenhuma experiência dos labores guerreiros escreva bem, nem a respeito de constituições quem não experimentou dessas ações e circunstâncias. O restante da obra, carente de experiência prática porque fundamentado em conhecimento livresco, além de escrito sem expressividade, torna-se assunto vazio para os leitores; pois se da história alguém extraísse o que é capaz de ser-nos proveitoso, seu restante tornar-se-ia absolutamente dispensável e inútil. E ainda, a respeito de cidades e locais, sempre que alguém não exercitado na experiência específica deseja escrever por partes, é claro que forçosamente ocorre algo semelhante: deixa de lado muitas coisas dignas de relato, e constrói vasto texto a respeito de muitas que não são; isso se aplica sobretudo a Timeu, que não fez inspeções pessoais (Pol., XII, 25g, 1-4).

Admitindo-se que “isso”, relativo que configura a acusação contra Timeu, se refira a toda a passagem e não apenas ao último período, constata-se a censura de Políbio assentada na equalização de dois conceitos como instrumentos da busca pela veracidade: a prática da inspeção visual (não exercida por Timeu - ἀφράσια) e a experiência prática (ἐμπειρία) de fundo político-militar, advinda basicamente pelo exercício da visão e do raciocínio nessas esferas de atuação, também negligenciada pelo siciliano.¹⁷ Visando desqualificar a obra de Timeu, Políbio aponta a prática levada a cabo pelo siciliano e que justamente por isso configura sua obra como metodologicamente inútil e dispensável: a experiência restrita à pesquisa livresca. Apenas a vivência seria capaz de atribuir valor à obra. Mais que uma finalidade metodológica (negação da veracidade), a ausência de experiência pessoal compromete o valor da obra por completo.

A importância da vivência dos acontecimentos narrados salientada por Tucídides, V, 26, 5, é redimensionada por Políbio, que a coloca como premissa

¹⁷ Para Aristóteles, *Metaf.*, A, 980b28, a experiência estava vinculada diretamente à vivência registrada na memória, quando afirma: *para os homens, a experiência nasce da memória*. Do mesmo modo, para Políbio ἐμπειρία não era questão de treino, mas parte constituinte da personalidade dos homens pragmáticos, dos quais deveria provir quem desejasse escrever história: cf. Sacks, 1981, p. 58 e Marincola, 1997, p. 8. À p. 72, K. Sacks afirma que Políbio é o único historiador antigo supérstite a afirmar a necessidade de experiência prática como pré-requisito para escrever história.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

indispensável para a correta apreciação do mais importante auxiliar da visão na apreensão da realidade, no caso das temporalidades do presente e do passado próximo: o questionamento. Políbio rompe com seus predecessores ao insistir em que o questionamento por si é insuficiente, se não for guiado pela experiência da política. O homem experiente é superior porque não apenas questiona as testemunhas oculares, mas também porque sabe *como* questioná-las e pode determinar o que elas estão deixando passar ou exagerando.¹⁸ Situada no mesmo plano da visão porque advinda exatamente de seu exercício constante e atento, a experiência se configura como arcabouço racional acumulado que permite ao historiador o discernimento da veracidade ao aquilatar uma informação que não lhe chegou por meio do exercício da visão.

A terceira acusação contra Timeu diz respeito à sua confessa imperícia, desenvolvendo o raciocínio da segunda acusação:

Timeu diz no trigésimo quarto livro que, ‘tendo passado cinquenta anos ininterruptos em Atenas como estrangeiro tornou-se, como é de assentimento geral, imperito em qualquer serviço de guerra, bem como na observação de lugares’. Sempre que chega a alguma outra dessas partes na história, ignora muitas coisas e mente; às vezes toca de leve a verdade (Pol., XII, 25h, 1-2).

Sendo afeiçoado nas esferas política e militar, Timeu se limita a resvalar a verdade. Dos três requisitos¹⁹ necessários ao historiador que, no entender de Políbio, desejasse escrever uma história pragmática, confessa não possuir os dois mais importantes, a observação geográfica e a experiência política. Com efeito, para Políbio a consulta a documentos consiste na parte menos importante da tarefa do historiador. Tratando da ênfase nos textos em que a experiência pessoal condiciona a narrativa, constata: *semelhantemente qualquer um assentiria ser a terceira parte da história e ocupar a terceira colocação o trabalho com documentos (Pol., XII, 25i, 2).*

O apego exclusivo a esta parte levaria à completa imperícia:

sendo [Timeu] por completo imperito em relação a esta [i. é., a diferença entre narrativa a partir da experiência e por ouvir dizer], semelhantemente toma

¹⁸ Marincola, 2001, pp. 136-137.

¹⁹ Consulta a documentos, observação de locais e prática política. Cf. Pol., XII, 25e, 1-3: *a história pragmática é tripartida: uma parte diz respeito à consulta a documentos e à comparação de seus conteúdos, outra à observação de cidades e da localização de rios, de portos e de todas as particularidades e distâncias na terra e no mar, a terceira às ações políticas. Muitos a ela se lançam devido à sua antiga reputação, e a maioria dos escritores nada acrescenta ao gênero exceto a facilidade, a ousadia e a indolência, semelhantemente aos boticários que aspiram à glória e por conveniência dizem sempre coisas de ocasião a fim de ganhar a vida com isso.*

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

o que dentre todas as coisas é menor e mais fácil na história como sendo a matéria maior e mais difícil; digo o reunir documentos e informar-se sobre cada coisa a partir de fatos vistos. De fato, nessa parte é forçoso que os imperitos se enganem grandemente; pois como são capazes de bem discernir a respeito de um combate, um cerco ou uma batalha naval? Como, dentre as explicações antes dadas, relacionar as que são algo impensável quando vistas por parte? Pois aquele que se informa a partir de declarações contribui não menos para o relato; a própria recordação das conseqüências dos fatos dirige a explicação para cada um dos acontecimentos; por causa disso o imperito não é auto-suficiente para julgar as testemunhas nem, estando presente, discernir o que ocorre, mas mesmo que esteja presente, de algum modo presente não o está (Pol., XII, 28a, 7-10).

Além de ἀπειροῦς Timeu é alguém que se dedica exclusivamente à pesquisa documental. Caso possuísse alguma experiência, poderia julgar (ἀνακρίναι) testemunhos, orais ou livrescos, e situações. Não a possuindo, mesmo quando exerce a visão, é como se não estivesse presente. Com esse raciocínio Políbio demonstra que, mesmo tendo todos os instrumentos para a pesquisa da verdade à mão, a ausência de experiência prática compromete o discernimento que leva à verdade. Não basta vivenciar, questionar ou pesquisar; é preciso saber como fazê-lo. Essa prática que se converte em teoria e vice-versa só advém da presença (εἶναι) na tentativa (πειθεῖν, πειράω), do conhecimento duradouro dela advindo, o único a condicionar um julgamento adequado, e do contato com obras de história que versem sobre esse tipo de assunto.²⁰

Timeu redige fiado apenas na consulta a documentos, e por isso não pode ser considerado um historiador de fato, pois não se adequa ao modelo pragmático proposto por Políbio. A imperícia confessa que o leva a assim proceder tem uma explicação:

[Timeu só teria coligido documentos] porque pode-se pesquisar em livros sem perigo nem sofrimento, caso alguém providencie apenas isto: ou uma cidade plena de documentos ou uma biblioteca nas vizinhanças. Depois é só procurar o que se pesquisa e comparar a ignorância dos historiadores anteriores sem qualquer sofrimento. Mas pesquisa séria demanda muita fadiga e

²⁰ Conforme Políbio assinala em I, 1, 6: *quem, novamente, é tão apaixonado por algum dos outros espetáculos ou lições que os faria algo mais útil do que esta experiência?*

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

despesa, confere algo grandioso e constitui a maior parte da história (Pol., XII, 27, 4-6).²¹.

É impossível amear experiência prática quando se permanece restrito à pesquisa livresca; ela só advém da prática política e da visita a locais. Na primeira, a dificuldade inerente concentra-se particularmente nas despesas necessárias para a manutenção de um cargo no mundo grego. Na segunda, centra-se nos perigos inerentes às viagens e explorações necessárias, fato que já havia levado Políbio a um comentário:

suportamos os perigos e sofrimentos que nos acompanharam na viagem pela Líbia e pela Ibéria, e ainda pela Galácia e pelo mar exterior contíguo a essas regiões para que, corrigindo a ignorância de nossos predecessores, fizéssemos conhecidas aos gregos também essas partes do mundo habitado (Pol., III, 59, 7-8).

O odisséico e pragmático Políbio se contrapõe ao rapsódico e erudito Timeu, fazendo com que sua crítica incida sobre a validade de toda a obra do antecessor, uma vez que não possui a experiência advinda da superação de dificuldades, fator condicionante do conteúdo do relato (tanto mais extenso e inovador quanto maior a experiência política e pessoal do historiador) e da veracidade nele contida (sem experiência, o julgamento da validade das informações fica comprometida). Sendo a prática política e a observação de locais as partes mais importantes da história pragmática, a experiência delas advinda é também a mais valiosa. A experiência que Timeu possui, fruto da pesquisa livresca, é menos significativa, porque produto da parte menos importante do tipo de história que corresponde ao projeto historiográfico polibiano. Se comparada a esse projeto, a obra de Timeu é a que apresenta menor valor contudístico e metodológico. Uma vez que a metodologia de Políbio está diretamente associada ao seu modelo de historiador, ambos centrados no critério de verdade, a crítica a Timeu, mais do que relativamente à obra, incide também sobre o autor: a obra só carece de atributos essenciais à historiografia porque o historiador não assumiu o *hōs istoriāç*. Não apenas semelhante a um rapsodo quanto à sua metodologia, Timeu também é apresentado como um anti-Odisseu, o mais desqualificado dentre todos os historiadores.

²¹ Segundo Walbank, 1999, v. II, *ad locum*, haveria poucas obras em Atenas sobre o ocidente, e nada como Alexandria, mas tão somente pequenas bibliotecas particulares.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

A insistência polibiana na necessidade da *empeiria* derivada da vivência do historiador, denominada²² *autourgía* e *autopáqeia*, só tem sentido se entendida vinculada ao reclame da *emfasiç* necessária a uma obra histórica: termo da retórica²³, em Políbio significa clareza do relato. Assim, apenas um historiador que houvesse vivenciado completamente, e por isso também tivesse experiência no trato com testemunhas, seria capaz de escrever um relato claro, portanto verdadeiro, portanto útil. Esta questão sinaliza a indissociabilidade, em toda a obra de Políbio e principalmente no livro XII, entre questões éticas e epistemológicas: só é um historiador competente quem apresenta uma conduta talhada para tal, e apenas pelo fato de apresentá-la está capacitado a escrever história²⁴.

A quarta acusação de Políbio relaciona a imperícia de Timeu ao fato de ser ele o menos esforçado dos historiadores, problemática diretamente dependente da questão de ater-se apenas à consulta a documentos levantada a partir da terceira acusação:

a restante parte pragmática da história dele [i. é., Timeu] é composta de todos os erros de que muito falamos. Diremos agora a causa do erro, improvável para muitos, mas que será reconhecida como a mais verdadeira das acusações contra Timeu. Pois parece-me que a capacidade de aprender com a experiência de cada fato e a postura sobre o esforço preparam e, em suma, arduamente ocupam o escrever história. Dentre aqueles com nome de historiadores ninguém parece ter sido nem mais imperito nem menos esforçado (Pol., XII, 27a , 1-4).

A crítica de Políbio é procedente, pois que se refere apenas à *pragmatikòn méroç* da obra do siciliano. A causa de todos os erros de Timeu se deve ao fato de ser um historiador *apeiróteroç* *kaì* *afiloponwteroç*, ou seja, o mais inexperiente e o menos apreciador das fadigas do ofício. Com isso se fecha a cadeia do raciocínio polibiano: não enfrentando as dificuldades necessárias para a composição de uma história pragmática, Timeu pode ser considerado o menos experiente dos historiadores, pois que não utilizou sua visão nem o questionamento para coletar informações para sua obra. Isso porque redigiu sobre um período em que bastava a erudição, o que retira de sua obra toda a validade para os que estariam diretamente interessados nela, no caso os homens do presente. E essa obra não possui valor não só por reportar-se a uma época

²² Em XII, 28a, 6.

²³ Cf. referências em Sacks, 1981, pp. 36-7.

²⁴ Cf. Sacks, 1981, pp. 74-5.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

desligada da realidade interessada, mas porque a ausência de experiência pessoal dessa mesma realidade compromete o julgamento do historiador, e conseqüentemente a veracidade de seu relato, mesmo quando se trata de aquilatar o valor das informações obtidas da erudição, uma vez que a experiência do erudito corresponde à parte menos significativa para a composição de uma história pragmática.

Tendo alinhavado por fim todas as críticas e acusações, Políbio enuncia aquele que seria coligido como o fragmento 101a de Heráclito de Éfeso, explicitando o método historiográfico no qual ter-se-ia baseado:

sendo dois, conforme a natureza, os instrumentos com os quais nos informamos e pesquisamos [audição e visão], e sendo mais verdadeira a visão não por pouco segundo Heráclito – pois os olhos são testemunhas mais precisas que os ouvidos – Timeu escolheu para pesquisar o mais agradável, mas também o pior desses caminhos. Pois da visão ele se priva completamente, e se esforça pelo que provém da audição. E sendo esta de duas formas, uma relacionada a documentos, voltou-se negligentemente para a referente aos questionamentos, conforme está demonstrado acima (Pol., XII, 27, 1-3).²⁵.

Visão e audição são os instrumentos de que o ser humano dispõe para obter informações. A partir do pensamento de Heráclito, Políbio estabelece o primado da visão sobre a audição aceitando sua qualificação de agente mais preciso (*ακριβέστεροι*), e por isso mais verdadeiro (*αληθινωτέρα*), do processo cognitivo de apreensão da realidade²⁶. A visão pode ser relacionada à direta experiência do sujeito como agente de conhecimento inserido na temporalidade presente, ou à indireta apreensão do passado próximo, por meio do questionamento das testemunhas oculares²⁷. A audição pode referir-se a dupla possibilidade: pesquisa de memórias (*i. é.*, documentos), que se refere à apreensão da temporalidade do passado remoto, e

²⁵ A respeito do primado da visão cf. também Pol., XX, 12, 8: *não é o mesmo decidir sobre os fatos a partir da audição e depois de haver sido observador, mas difere grandemente, e é algo muito útil a todos a convicção segundo a evidência*. Walbank, 1999, v. III, *ad locum* aponta exemplos de ocorrências sobre o mesmo tema em Tuc., I, 73, 2; Dião Cris., XII, 71; Luciano, *Como Escr. Hist.*, 29 e Hor., *A.P.*, 181-2.

²⁶ Cf. Sacks, 1981, pp. 62-3. Para Hartog, 2000, p. 386, privilegiar a visão em detrimento da audição enquanto fontes de conhecimento é um raciocínio próprio da, e ontologicamente auto-evidente para a cultura dos gregos.

²⁷ O estabelecimento das diferentes temporalidades sobre as quais atuam visão e audição pretende-se uma possível resposta aos questionamentos de G. Schepens: “qual motivo particular Políbio possuía para confiar mais nos olhos que nos ouvidos? Qual o sentido que pretende dar à expressão heracliteana?” (Schepens, “L’occhio e l’orecchio: selezione delle testimonianze nel metodo degli storici Greci”, p. 65, *in*: Musti, 1979).

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

questionamentos de testemunhas oculares ou auditivas, meio auxiliar da visão na apreensão da temporalidade presente ou do passado próximo. As duas primeiras pressupõem a presença do sujeito cognoscente, da experiência pessoal direta na apreensão da realidade. A última fornece apenas indícios a partir dos quais pode-se apreender vestígios do passado.

A primeira acusação contra Timeu se reportava à problemática apreensão das *práxeis* e dos *tópoi katà th̄n oikouménhn*, que para tanto exigem um historiador *auλόpthç*, ou seja, reclamam a presença cognitiva do sujeito-autor²⁸. Todas as outras acusações dizem respeito à apreensão da realidade, passada ou presente, nos mesmos termos, ou seja, relativa a acontecimentos e locais. Associada ao máximo grau de veracidade de uma narrativa, a visão é a ferramenta mais apurada do historiador quando se trata de apreender esse tipo de realidade. Mas a história não é composta apenas pelo relato das ações ou pela observação dos locais, menos ainda pela erudição livresca. Também os *lógoi*, os discursos²⁹, devem ser reportados, e para tanto Políbio tece considerações à parte. Também com relação à transmissão de discursos Políbio inicia sua reflexão criticando Timeu: *ele não escreveu o que se disse, nem segundo foram ditas conforme a verdade* (Pol., XII, 25a, 5). Em seguida, Políbio teoriza sobre o modo como julga devam ser reportados os discursos numa obra de história, e com que finalidade:

pois se os historiadores, ao descrever os tempos, os motivos e as disposições dos debatedores, e em seguida ao expor as palavras ditas conforme a verdade, esclarecessem-nos as causas devido às quais se poderia ou não identificar os falantes, advir-nos-ia alguma reflexão verdadeira sobre o fato e poderíamos, discernindo ou rearranjando, chegar às palavras semelhantes às ditas anteriormente. Mas penso que é difícil apontar a causa, e fácil construir frases nos livros; pouco dizer oportunamente e descobrir a instrução disso é acessível a poucos, e inserir muitas coisas em meio às existentes é inútil e corrente. (Pol., XII, 25i, 8-9).

²⁸ Cf. Pol., XII, 4c, 3-4.

²⁹ A respeito da questão de ações e discursos como bases da construção historiográfica, e das dificuldades inerentes à apreensão e reconstrução dos discursos, cf. Walbank, “Storiografia tragica e storiografia pragmatica: la scelta di Polibio”, pp. 142 e ss, in: Musti, 1979. Ziegler, 1952, cc. 1524-7 cataloga todos os discursos contidos na obra polibiana. Segundo Sacks, 1981, p. 6 os discursos em Políbio têm dupla finalidade: são parte da narrativa e cumprem função didática.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Na busca pelas *aitíai*, momento em que se condiciona o desenrolar do objeto digno de relato, é preciso combinar o estudo das ações e dos discursos que as forjaram. Fundada no conhecimento das causas³⁰, a história necessita da verdade, que só se evidencia, no relato das ações e sobre os lugares, conforme o grau de experiência utilizado pelo historiador, de acordo com a apreensão de cada uma das três temporalidades. No relato das coisas ditas, também o reclame metodológico pela verdade fundamenta a construção da narrativa polibiana, e se define como a clareza (*diasafésaien*) empregada pelo autor para discernir causas, estribada em sua conformidade com a verdade (*kat! allhqeian*).

C. Wooten³¹ resume a questão a respeito do significado dos discursos para Políbio: “ele próprio não estava especialmente interessado em oratória, como estava Dionísio de Halicarnasso, e por isso não utilizou os discursos como expressão criativa de sua própria habilidade retórica. Tampouco ele utiliza os discursos como veículo para seus próprios pensamentos como fizera Tucídides. Políbio claramente percebe que os discursos constituem importantes ocorrências históricas com grande efeito no curso dos eventos. Eles também permitem entrever o caráter e a personalidade dos homens de Estado que fazem a História, e expõem os problemas que esses homens enfrentam. Os discursos”, continua C. Wooten, “Políbio os escreve com o mesmo estilo que utiliza nas seções narrativas da obra, o que indica que ele não os está reportando, mas recordando quais argumentos, figuras e lugares-comuns foram utilizados em dada ocasião. O estilo é basicamente plano e direto, sem floreios retóricos nem esquematizações. (...) O estilo que ele utiliza é basicamente a *léxiç eifoménh*, o ‘estilo contínuo’ que Aristóteles discute na *Retórica* (3. 9), sem adornos, o estilo do historiador pragmático, não do orador”.

A polêmica com Timeu constitui um *parti-pris* de Políbio em relação à historiografia que nomeia pragmática, porque fundada no acurado exame das evidências com finalidade didática, em oposição àquela que caracteriza como semelhante aos discursos epidícticos. Por outras palavras, constitui um embate entre uma historiografia dita “filosófica”, “séria” e “objetiva” contra outra caracterizada como “sofística”.

³⁰ Cf. Pol., III, 7, 7: *nada deve ser tão vigiado e buscado quanto as causas de cada um dos acontecimentos*. Também Pol. XXII, 18, 6: *digo ser a coisa mais importante para historiadores e amantes do aprendizado o conhecer as causas a partir das quais cada uma das ações é produzida e surge*.

³¹ 1974, pp. 235-8. Às páginas 248-9 o autor discute as semelhanças entre os discursos de Demóstenes e aqueles reportados por Políbio.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

No próêmio do sexto livro, diz ele haver quem sustente a opinião de que o gênero dos discursos epidícticos necessita de maior natureza, empenho e preparação do que o da história. Diz também que essa opinião primeiramente se aplica a Éforo, incapaz de refutar suficientemente quem assim pensava. Então ele, Timeu, tentou interpretar a história a partir da comparação com os discursos epidícticos, fazendo algo o mais descabido, a primeira trapalhada do historiador. Mostrando-se Éforo, ao longo de toda a obra, admirável com relação à elocução, ao pensamento e à invenção das proposições, configura-se como o mais hábil em digressões e sentenças próprias e, em suma, sempre que encadeia um raciocínio. Também ao longo de alguma explanação muito agradável e persuasiva Éforo tratou da relação entre historiógrafos e logógrafos. E Timeu, para que não parecesse inspirar-se nele, decide ainda caluniá-lo, bem como a outros. Pois devido ao fato de explicar de modo deficitário, exagerado, sem clareza e desajeitado aquilo que foi convenientemente trabalhado por outros, fez com que nenhum ser vivo aceitasse dedicar atenção a isso. Desejando amplificar a história, primeiro disse que é tal a diferença entre a história e os discursos epidícticos qual a que apresentam as construções e argumentos verdadeiros em relação aos cenários cenográficos. E, em segundo lugar, diz que o próprio ato de compor a introdução da história é trabalho maior do que qualquer obra de discursos epidícticos (Pol., XII, 28, 8 – 28a, 2).

Segundo K. Ziegler.³² Políbio continua de modo irônico:

digo então que requer tanta despesa e esforço coligir documentos dos corsos e ocupar-se dos costumes dos lígures, celtas e iberos, que nem eu próprio esperaria ter nem ninguém mais teria credibilidade com relação a isso. Com prazer alguém perguntaria ao escritor qual atividade ele sustenta necessitar de mais despesa e esforço, compulsar documentos e ocupar-se dos costumes dos lígures e celtas sentado numa cidade, ou ter experiência sobre vários povos e locais depois de observar pessoalmente. E, quanto à informação acerca de combates, cercos e batalhas navais, obtê-la daqueles que participaram dos perigos, ou adquirir perícia a partir de obras significativas e dos acontecimentos que lhes sucedem? (Pol., XII, 28a, 3-5).

³²

1952, c. 1522.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Políbio então arremata a discussão, aprofundando a ironia:

não penso que as construções verdadeiras sejam tão diferentes dos cenários cenográficos, nem que a história seja diferente dos discursos epidíticos, quanto a declaração de esforço e experiência próprios, em qualquer composição, seja diferente das coisas escritas a partir da audição ou de narração (Pol., XII, 28a, 6).

Políbio equipara ironicamente história e discurso epidítico, construção verdadeira e cenário teatral apenas para sentenciar que, de fato, o historiador necessita redigir a partir de esforço próprio e não de coleções de segunda mão. Assim o historiador demarca a linha distintiva entre sua história, pragmática, e a de Timeu, não nomeada, retoricamente composta por um artista da palavra sem experiência do objeto de estudo. Por outras palavras, Políbio delimita sua perspectiva pragmática apresentando-se como um autor de um gênero análogo ao deliberativo, cujo *officium* também é didático, opondo-se por consequência ao método epidítico de Timeu de matiz sofisticado.³³ Para Políbio, o equívoco de Timeu reside no fato de que o gênero da historiografia *não* é comparável ao dos discursos epidíticos em qualquer grau, posto que a condição para escrever história é o acúmulo de experiência pessoal, entendida como garantia do discurso verdadeiro e portanto proveitoso, e não a reelaboração demonstrativa da tradição, verossímil porém inútil.

Tanto Éforo quanto Timeu teriam redigido orientados segundo princípios da historiografia dita isocrática³⁴. J. Mandel³⁵ afirma que “os filólogos clássicos faziam, no desenvolvimento da historiografia grega, a distinção entre duas correntes, que eles denominavam pragmática e retórica. O criador da primeira corrente foi Tucídides, que não tinha de modo algum a intenção de divertir seus leitores mas queria lhes transmitir

³³ Sobre os *officia* oratórios, cf. Cic., *Orat.*, 69; sobre o assunto próprio a cada gênero oratório e a função útil do deliberativo, cf. Cic., *De or.*, I, 141.

³⁴ Cf. Ullman, 1942, p. 32 (especificamente para Timeu. O autor, entretanto, não menciona a fonte que afirma a filiação entre Isócrates e Timeu que, para Sacks, 1981, p. 68, é apenas hipótese interpretativa), Brown, 1954, pp. 829-30, Strasburger, 1975, p. 48 e Marincola, 2001, p. 111. A fonte mais antiga a afirmar a filiação entre Isócrates, Éforo e Teopompo é Cícero, *De or.*, II, 57: *Como que de uma oficina de oradores muito ilustre, dois homens intelectualmente excelentes, Teopompo e Éforo, dedicaram-se à história estimulados por Isócrates; porém nunca participaram de processos.* Dada a distância cronológica, à página 33 B. L. Ullman aponta os problemas concernentes à identificação do legado isocrático para a prática historiográfica, muito embora aceite a tradição ciceroneana: “que Isócrates ensinou a escrever história retórica podemos apenas inferir de seu trabalho e do fato de que foi professor dos historiadores Éforo e Teopompo. Não temos um conhecimento definido sobre se o ensino de escrever história retórica era parte do treinamento retórico em período tão recuado”.

³⁵ 1980, p. 13.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

fatos ocorridos, acompanhados de suas causas e conseqüências. A segunda corrente, a retórica, formou-se na época helenística, sob a influência das idéias de Isócrates (séculos V e IV a.C.), que acentuava e exigia que se respeitasse antes de tudo o lado artístico da obra, sua redação retórica, mesmo em detrimento da verdade e da atitude históricas”. Tal distinção não leva em consideração a apropriação de conceitos da historiografia tucidideana por parte da retórica isocrática³⁶, apropriação esta, estruturada em três momentos, da qual os dois primeiros estão presentes em Políbio, sendo tão somente o último o alvo de suas polêmicas: de um lado, Isócrates extrai de Tucídides reflexões políticas que visassem a formação do homem público, de outro, insere tal extração na finalidade ética da retórica epidítica, censurar ou elogiar³⁷, cuja construção artística visa o belo ou o feio³⁸, portanto nada que se defina imediatamente como útil. O terceiro momento compreenderia a transmissão do legado isocrático para Éforo, Teopompo e talvez Timeu. Tendo ou não em mente perspectivas apontadas pela obra de Tucídides, Políbio absorve ou retrabalha os dois primeiros momentos: por exemplo, a ênfase na necessidade da experiência pessoal de extração político-militar para aquele que vai tratar tanto de história quanto de política³⁹, a busca por construir um relato útil⁴⁰, a idéia de que a história é didática, à qual subjaz a noção de que ensina por via de exemplos éticos⁴¹, e a distinção entre história, mitologia e narrativas fictícias⁴². Assim, a crítica polibiana a seus predecessores incide sobre o excesso e a

³⁶ Jäger, 1995, pp. 1136-7: é Isócrates quem insere a história na retórica político-epidítica.

³⁷ Jäger, 1995, p. 1139.

³⁸ Arist., *Ret.*, 1358b27-9: *para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio.*

³⁹ Tuc., I, 18, 3; 22; 71, 4; 80, 1, 3 e 6; 99; 121, 2; 142, 5. Isóc., *Antíd.*, 48, 2; 184, 1; 187, 7.

⁴⁰ Tuc., I, 22, 4. Isóc., *Panat.*, 246, 9: *beneficiar ou agradecer aos ouvintes.*

⁴¹ O conceito do *parádeigma* ético-retórico subjaz à *recordação dos reveses alheios* (I, 1, 2) o meio pelo qual a história polibiana ensina a suportar os reveses do acaso. A questão dos exemplos está presente em Tuc., II, 43, 4, quando Péricles exorta seus contemporâneos a não se abaterem com os perigos da guerra por via da emulação dos mortos; em Isóc., *Ad Nic.*, 35: *observa o que acontece e advém aos particulares e aos chefes a partir de seus atos; caso recordes o passado, melhor deliberarás sobre o futuro*; e em Xenof., *Mem.*, III, 5, 14-5 (sobre a história exemplar em Xenofonte cf. Chatelet, 1962, p. 304): *Agora então, disse Péricles, que faremos para recuperar a antiga excelência? E Sócrates: parece-me não ser segredo: caso retomemos as ocupações dos ancestrais, nada faremos pior do que eles, nem seremos piores. Caso não, imitando os primazes, ocupando-nos com eles nas mesmas coisas e servindo-nos deles, em nada seríamos piores do que aqueles, e quanto mais ocupados, tanto melhores.* A idéia presente em Xenofonte relativa à imitação dos ancestrais ou dos melhores está em Isócrates como fonte de conhecimento, na medida em que caberia ao professor produzir exemplos para que fossem imitados: *Ctr. Sof.*, 18. Cf. Jäger, 1995, pp. 1135 e 1180.

⁴² Tuc., I, 20, 3 e 22, 4. Isóc., *Panat.*, 1, 1-5: *decidi escrever não discursos míticos, nem mistos de coisas espantosas e mentirosas (...) nem sobre as antigas ações e guerras empreendidas pelos gregos.* Em XVI, 12, 9 Políbio critica Teopompo por escrever *terateuoménoiç kai logopoiouisi*. A respeito da partição isocrática, sua relação com Tucídides e Platão, e sua contribuição para com as partições de Cícero, *De inu.*, I, 27, *Ad Her.*, I, 12 e de Asclepiades de Mirlea (I a.C. – *apud* Sexto Empírico, *Adv. Gram.*, 252), cf. Pfister, 1933, *passim* (criticado por Wilcox, 1943, p. 427 quanto à análise da segunda

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

mera finalidade hedonísticos da obra, além da preterição, em seu favor, da experiência político-militar, atributo que seria o mais necessário a qualificar um historiador. Não incide, portanto, sobre a influência isocrática como um todo, dada sua relação intrínseca com questões políticas caras também à historiografia, questões que delimitam seu conteúdo e às quais visa sua finalidade ético-epistemológica.

Ao longo do livro XII a crítica de Políbio a Timeu se volta, de maneira mais abrangente, contra dois postulados caros à historiografia isocrática operados pelo tauromenita: de um lado, Políbio critica o estilo de Timeu, a frieza de sua redação, sua prolixidade, sua tendência à reflexão pseudo-filosófica e à linguagem sentenciosa e aforística, que supostamente revelariam superficialidade ou incapacidade *especulativa*; de outro, Políbio ataca os erros históricos e geográficos do predecessor, sacrificados em nome da finalidade propagandística da historiografia isocrática, na medida em que via a história como afim da oratória, dedicada ao verossímil e não ao verdadeiro.⁴³

De modo mais específico, porém, a crítica polibiana expressa no passo citado se volta para a determinação dos preceitos isocráticos que deveriam ser valorizados. Éforo e Timeu, postos em comparação, encarnariam respectivamente as virtudes e os defeitos da historiografia isocrática. Na esteira disso, a preocupação polibiana em definir a história à maneira de Éforo, ou seja, a partir da criteriosa distinção e apropriação de elementos da retórica epidítica, denota o exercício de uma fusão entre duas concepções retóricas distintas, a isocrática e a aristotélica, a qual, ao identificar a elocução adequada a cada gênero, coloca a epidítica como mais apropriada para ser posta por escrito.⁴⁴ De Isócrates, portanto, Políbio absorve, em termos de conteúdo e finalidade, aquilo que o orador compartilha com a rigorosa baliza de Tucídides e, quanto ao elemento retórico, aquilo sobre o que Éforo teria apropriadamente refletido a partir da apropriação da

partição isocrática). Especificamente sobre o referido Asclepiades e sua partição que derivaria da tripartição polibiana dos gêneros da história em IX, 1, cf. Von Fleschenberg, 1913, *passim*. Von Christ, 1974, p. 204, n. 8 aponta os autores que, a partir do período imperial romano, tratarão a história pelo prisma de seu enquadramento como gênero da retórica (Apolônio de Tiana [séc. I], ep. 19; Élio Teão [séc. I-II], *Progm.*, 60, 23; Sexto Empírico [séc. II-III], *Adv. Gram.*, 268; Nicolau [séc. V], *Progm.*, 55, 11 e Siriano [séc. VII], IV, 60, 9. Plínio Jovem, que compara os gêneros da epístola e da história (VI, 16, 22 – cf. Ash, 2003, *passim*) não é mencionado).

⁴³ Gentili e Cerri, 1975, pp. 41-2. Para Ferrero, 1970, p. 27 a historiografia isocrática baseia-se no precedente tucidideano situado entre o que foi *dito com precisão* e aquilo como *parecia* ter sido dito (I, 22, 1), alargando demasiadamente o segundo em detrimento do primeiro. Daí a polêmica polibiana visando uma história mais rigorosa.

⁴⁴ Cf. Arist., *Ret.*, 1414a20. Além disso, Aristóteles também aponta a maior precisão do discurso escrito: *idem*, 1413b8-9.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

teoria aristotélica sobre o gênero epidítico, ou seja, a necessidade de elocução precisa e clara.

A crítica polibiana a Timeu constitui índice do compartilhamento operado entre a historiografia e outros gêneros literários relativamente ao direito de criticar com o objetivo de conferir valor aos próprios argumentos por meio da correção ou redimensionamento dos argumentos alheios. Perfeitamente inserida na mentalidade agonística grega, denota o necessário esforço de lapidação argumentativa operado por uma via não tão polibianamente pragmática – posto que assentado sobre a discussão erudita – quanto polibianamente fecunda – posto que elemento externo agregado à complexidade metodológica proposta pelo autor. Dialogando com o passado a crítica se beneficia e tem sua razão de ser, e confere ao presente um direito ainda mais caro, o de refletir e revisar.

BIBLIOGRAFIA

BROWN, T. S. “Herodotus and his profession”. *AHR* n. 59.4, p. 829-843, 1954.
(www.jstor.org)

FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1970.

FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Text, 1972.

GABBA, E. (org.) *Polybe. Entretiens sur l’antiquité classique*, 1973. (Fondation Hardt, 20)

GENTILI, B e CERRI, G. *Le teorie del discorso storico nel pensiero greco e la storiografia romana arcaica*. Roma: Ateneo, 1975.

HARTOG, F. “The invention of history: the pre-history of a concept from Homer to Herodotus”. *History and theory* n. 39.3, p. 384-395, 2000. (www.jstor.org)

JÄGER, W. *Paidéia. A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, reimp. 1999.

_____ *Greek historians*, 2001. (Greece & Rome, 31)

_____ “Odysseus and the historians”. *Histos*, p. 1-36, 1997.
(www.dur.ac.uk/Classics/histos/1997/marincola.html)

MUSTI, D. (org.). *La storiografia greca. Guida storica e critica*. Roma-Bari: Laterza, 1979.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

- NENCI, G. “Il MARTUS nei poemi omerici”. *PP* n. 61, p. 221-241, 1958.
- PFISTER, F. “Isokrates und die spätere Gliederung der *narratio*”. *Hermes* n. 68, p. 457-460, 1933.
- PRÉVOT, A. “Verbes grecs relatifs à la vision et noms de l’oeil”. *Revue de Philologie* n. 9, p. 133-135 e p. 233-279, 1935.
- SACKS, K. *Polybius on the writing of History*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1981.
- STRASBURGER, H. *Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung*. Wiesbaden: Franz Steiner, 3. aufl., 1975.
- ULLMAN, B. L. “History and tragedy”. *TAPA* n. 73, p. 25-53, 1942. (www.jstor.org)
- Von CHRIST, W. *Geschichte der Griechischen Literatur*. München: C. H. Beck’sche, 6. aufl., t. II, v. I, 1974.
- Von FLESCHENBERG, O. S. “Die Einteilung der *ISTORIA* bei Asklepiades Myrleanos”. *Hermes* n. 48, p. 623-628, 1913.
- WALBANK, F. W. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Commentary on books I-VI, 1957.
- _____ *Idem*. Oxford: Oxford University Press, v. II – Commentary on books VII-XVIII, 1967, reimp. 1999.
- _____ *Idem*. Oxford: Oxford University Press, v. III – Commentary on books XIX-XL, 1979, reimp. 1999.
- _____ *Polybius*. Los Angeles & Berkeley: University of California Press, 1972.
- WILCOX, S. “Isocrates’ genera of prose”. *AJPh* n. 64.4, p. 427-431, 1943. (www.jstor.org)
- WOOTEN, C. “The speeches in Polybius: an insight into the nature of Hellenistic oratory”. *AJPh* n. 95.3, p. 235-251, 1974. (www.jstor.org)
- ZIEGLER, K. Polybios. In: *RE*, 1952, v. 41, cc. 1440-1578.

O dístico elegíaco em português: tradução de Ovídio, *Amores*, I, 1, 4, 5, 9

Brunno V. G. Vieira

Doutor em Estudos Literários, UNESP

brvieira@fclar.unesp.br

Nota prévia

Na tradução destes quatro poemas dos *Amores*, de Ovídio, ensaio alguns modos de estrofação em vernáculo para traduzir o dístico elegíaco latino, razão pela qual tomei a liberdade de recriar o programático verso *sex mihi surgat opus numeris, in quinque residat* (I, 1, 27)¹, que em Ovídio trata da combinação de hexâmetro e pentâmetro, por este em português “me vêm versos de dez, doze e seis sílabas”, referindo-me à prosódia portuguesa e aos metros utilizados na minha tradução. O mesmo foi feito com o termo *undenos...pedes*, “onze pés”, que optei por ressignificar, considerando o contexto deste ensaio, como “variada estrofe”.

Três foram as variantes estróficas adotadas em português. A primeira delas, encontrada na tradução dos poemas I, 1 e 5, compõe-se de dois decassílabos seguidos de um hexassílabo e busca imitar uma matriz estrófica utilizada algumas vezes por Tomás Antônio Gonzaga em *Marília de Dirceu* – ainda que, à diferença do modelo gonzaguiano, eu tenha me servido de versos brancos. A ideia dessa estrofe encontrei numa tradução inédita de Propércio de Márcio Thamos, a quem devo a sugestão dessa expressão vernácula.

A segunda estrofe, na qual é expresso o poema I, 4, estrutura-se a partir da junção de um dodecassílabo seguido de um decassílabo. Trata-se de uma forma muito utilizada em recentes traduções poéticas do dístico elegíaco no Brasil, o que em grande parte se deve ao seu bem-sucedido emprego por João Angelo Oliva Neto nas versões de Catulo e da Priapeia grega e latina.

A terceira estrofe de que me servi foi um terceto composto de decassílabos brancos através do qual traduzi o poema I, 9. Motivou a escolha dessa estrofe, uma necessidade formal bastante específica: ela facilitava uma equivalência ao verso ecóico que fecha o primeiro dístico. Ao fim do trabalho, no entanto, os tercetos em versos brancos também se revelaram um fecundo equivalente ao dístico elegíaco.

¹ Lit.: “que a obra se me eleve em seis pés, que em cinco pés se assente”.

I, 1

Arma graui numero uiolentaque bella parabam
edere, materia conueniente modis.
par erat inferior uersus – risisse Cupido
dicitur atque unum surripuisse pedem.
'Quis tibi, saeue puer, dedit hoc in carmina iuris?
Pieridum uates, non tua turba sumus.
quid, si praeripiat flauae Venus arma Mineruae,
uentilet accensas flaua Minerua faces?
quis probet in siluis Cererem regnare iugosis,
lege pharetratae Virginis arua coli?
crinibus insignem quis acuta cuspide Phoebum
instruat, Aoniam Marte mouente lyram?
sunt tibi magna, puer, nimiumque potentia regna;
cur opus adfectas, ambitiose, nouum?
an, quod ubique, tuum est? tua sunt Heliconia Tempe?
uix etiam Phoebos iam lyra tuta sua est?
cum bene surrexit uersu noua pagina primo,
attenuat neruos proximus ille meos;
nec mihi materia est numeris leuioribus apta,
aut puer aut longas compta puella comas.'
Questus eram, pharetra cum protinus ille soluta
legit in exitium spicula facta meum,
lunauitque genu sinuosum fortiter arcum,
'quod' que 'canas, uates, accipe' dixit 'opus!'
Me miserum! certas habuit puer ille sagittas.
uror, et in uacuo pectore regnat Amor.
Sex mihi surgat opus numeris, in quinque residat:
ferrea cum uestris bella ualete modis!
cingere litorea flauentia tempora myrto,
Musa, per undenos emodulanda pedes!

1, Um

Armas, grandiloquo, e cruéis duelos,
com tema condizente ao metro usado,
eu pensava escrever.

Versos iguais seguiam-se. Cupido
– dizem –, todo risonho me tirou
um pedaço de verso.

“Quem, malvado menino, em poesia
te deu este poder? Canto as Piérides,
não sou da tua laia.

Se da loura Minerva furta Vênus

as armas, se Minerva, a loura, agita
tochas, o que fazemos?

Quem aprova que sobre o bosque alpestre
reine Ceres, que a Virgem caçadora
legisle sobre as messes?

Famoso por seus cachos, quem daria
a Febo o duro dardo, enquanto Marte
dedilha Aônia lira?

Vastos e assaz potentes são teus reinos,
menino, então, por que, cupidamente,
um novo império anseias?

Tudo que existe é teu, seja onde for?
O Helicon te pertence? Até com Febo
a lira é mal segura?

Quando um bom verso a página inaugura,
aquele que o sucede degenera
toda minha altivez.

Não tenho tema próprio a levianos
andamentos: um moço, uma menina
de bem feitos cabelos!”

Queixava-me, ao que ele, abrindo a aljava,
sacou, de pronto, setas pontiagudas
ao meu fim destinadas.

Curvou com força no joelho o arco,
“Já que cantas, poeta,” foi dizendo,
“ Aceita então um mote!”

Pobre de mim! Fatais foram as flechas
dele, ardo de desejo, e reina Amor
neste peito, então, livre.

Me vêm versos de dez, doze e seis sílabas,
Adeus, férreos combates, me despeço,
também dos metros seus!

Corô-te, os cabelos louros, Musa,
com ribeirinho mirto, celebrando-te
em variada estrofe!

I, 4

Vir tuus est epulas nobis aditurus easdem -
ultima coena tuo sit, precor, illa uiro!
ergo ego dilectam tantum conuiua puellam
adspiciam? tangi quem iuuet, alter erit,
alteriusque sinus apte subiecta fouebis?
iniciet collo, cum uolet, ille manum?
desino mirari, posito quod candida uino
Atracis ambiguos traxit in arma uiros.
nec mihi silua domus, nec equo mea membra cohaerent -
uix a te uideor posse tenere manus!
Quae tibi sint facienda tamen cognosce, nec Euris
da mea nec tepidis uerba ferenda Notis!
ante ueni, quam uir —nec quid, si ueneris ante,
possit agi uideo; sed tamen ante ueni.
cum premet ille torum, uultu comes ipsa modesto
ibis, ut accumbas — clam mihi tange pedem!
me specta nutusque meos uultumque loquacem;
excipe furtiuas et refer ipsa notas.
uerba superciliis sine uoce loquentia dicam;
uerba leges digitis, uerba notata mero.
cum tibi succurret Veneris lasciua nostrae,
purpureas tenero pollice tange genas.
siquid erit, de me tacita quod mente queraris,
pendeat extrema mollis ab aure manus.
cum tibi, quae faciam, mea lux, dicamue, placebunt,
uersetur digitis anulus usque tuis.
tange manu mensam, tangunt quo more precantes,
optabis merito cum mala multa uiro.
Quod tibi miscuerit, sapias, bibat ipse, iubeto;
tu puerum leuiter posce, quod ipsa uoles.
quae tu reddideris ego primus pocula sumam,
et, qua tu biberis, hac ego parte bibam.
si tibi forte dabit, quod praegustauerit ipse,
reice libatos illius ore cibos.
nec premat inpositis sinito tua colla lacertis,
mite nec in rigido pectore pone caput;
nec sinus admittat digitos habilesue papillae;
oscula praecipue nulla dedisse uelis!
oscula si dederis, fiam manifestus amator
et dicam 'mea sunt!' iniciamque manum.
Haec tamen adspiciam, sed quae bene pallia celant,
illa mihi caeci causa timoris erunt.
nec femori committe femur nec crure cohaere
nec tenerum duro cum pede iunge pedem.
multa miser timeo, quia feci multa proterue,
exemplique metu torqueor, ecce, mei.

1, Quatro

Teu homem vai ao mesmo banquete que nós
– que seja dele a ceia derradeira!

Minha amada verei como os demais convivas?
Terá outro o prazer de teus afagos,

E abrasada estarás rendida aos braços de outrem?
Ele, querendo, o colo vai tocar-te?

Desvio meu olhar: branca Hipodâmia fez
lutarem, os já bêbados, Centauros.

Não tenho casa em selvas, nem membros equinos:
mas difícil será não te agarrar!

Lembra, entanto, do que hás tu de fazer: aos Euros
não entregue o que eu disse, e aos Notos tépidos!

Vem antes dele – se vieres, nem prevejo
a situação. Mas tenta anteceder-lo.

Quando ele se assentar, acompanha-o, discreta,
e, ao deitares, sutil toca-me o pé.

Repara, em minha fala, os gestos e meneios:
veja os sinais furtivos e os responde.

Frases sem voz direi loquazes com meus olhos,
frases lerás nos dedos e no vinho.

Se te ocorrer de nossa Vênus as lascívias,
dedilhe o polegar na rubra face.

Se precisar me repreender tacitamente,
displicente, da orelha a ponta aberta.

Se um ato ou dito meu te faz gosto, querida,
repassa teu anel de um dedo a outro.

Coloca as mãos à mesa, como os suplicantes,
p'ra desejar ao cujo justos males.

Sê sábia, ordena que ele beba o que te der,
em voz baixa ao garçom pedidos faz.

Ao passares a taça beberei primeiro,

bem no lugar em que tocaste os lábios.

Caso ele te ofereça algo que já mordeu,
dispensa o que vier daquela boca.

Nada de abraços apertando teu pescoço,
nem coloques no colo dele o rosto.

Proíbe-lhe que apalpe teu seio e mamilos
e, sobretudo, beijos não lhe dê.

Revelarei-me amante, se lhe deres beijos,
e direi “são meus beijos”, me arrojando.

Não o que vejo, e sim o que por baixo ocorre
do pálio, eis do meu medo cego a causa.

Não una tua coxa, nem tua perna às dele,
nem junte aos dele o teu pezinho tenro.

Pobre de mim, padeço, ai!, quanto mal já fiz! –
e eis que meu próprio exemplo me atordo.

Amiúde um rápido prazer, ela comigo,
conduzimos, gostoso, sob as vestes...

Não farás isto, mas p’ra não me pareceres,
da tua pele tire o pálio cúmplice.

Pede a ele que beba, mas pede sem beijos,
e põe mais vinho puro, se possível.

Se ele lasso de vinho e sono sucumbir,
agiremos conforme a hora e o lugar.

Irás embora para casa, iremos todos.
Mas atenção: mistura-te aos convivas.

Entre os quais tu me encontrarás ou eu a ti:
e ali me apalpa as partes que puderes.

Pobre de mim! Meus planos duram poucas horas.
Manda a noite que a minha dama eu deixe.

O marido de noite te tranca e eu, em lágrimas,
só posso ir até as duras portas.

Ele teu beijo gozará, não só teu beijo,
dar-lhe-ás legalmente o que em segredo tenho.

Mas te dês sem vontade – tu podes – forçada,
fica muda e que Vênus seja pérfida.

Se meus desejos valem, quero-o sem prazer,
se não, que a ti, ao menos, nada apraza.

Porém, seja qual for da noite o resultado,
firme, nega amanhã nada ter dado.

I, 5

Aestus erat, mediamque dies exegerat horam;
adposui medio membra leuanda toro.
pars adapertha fuit, pars altera clausa fenestrae;
quale fere siluae lumen habere solent,
qualia sublucent fugiente crepuscula Phoebō,
aut ubi nox abiit, nec tamen orta dies.
illa uerecundis lux est praebenda puellis,
qua timidus latebras speret habere pudor.
ecce, Corinna uenit, tunica uelata recincta,
candida diuidua colla tegente comā
qualiter in thalamos famosa Semiramis isse
dicitur, et multis Lais amata uiris.
Deripui tunicam; nec multum rara nocebat;
pugnabat tunica sed tamen illa tegi.
quae cum ita pugnaret, tamquam quae uincere nollet,
uicta est non aegre proditione sua.
ut stetit ante oculos posito uelamine nostros,
in toto nusquam corpore menda fuit.
quos umeros, quales uidi tetigique lacertos!
forma papillarum quam fuit apta premi!
quam castigato planus sub pectore uenter!
quantum et quale latus! quam iuuenale femur!
Singula quid referam? nil non laudabile uidi
et nudam pressi corpus ad usque meum.
Cetera quis nescit? lassī requieuiimus ambo.
proueniant medii sic mihi saepe dies!

1, Cinco

Era calor, após o meio-dia.
Para sesta, na cama toda minha,
depus os lassos membros.

Nem fechada a janela, nem aberta,

quase igual se costuma ter nos bosques,
assim era a penumbra,

lume feito o de Febo no crepúsculo
ou como a noite, quando está no fim,
e o dia mal raiou.

Luz de garota tímida era aquela,
sob a qual a decência encabulada
espera ter escape.

Eis vem Corina, envolta em pouca túnica,
os cabelos trazendo repartidos
por sobre o claro colo,

como – dizem – na alcova penetrava
Semiramis famosa e qual Laís,
amor de tantos homens.

Tirei-lhe a túnica que muito rara
nada empecia, entanto ela lutava
para manter a túnica,

lutava como quem não quer vencer
e não dificilmente foi vencida,
traída por si mesma.

Estática ficou ante meus olhos,
desprovida do traje, em todo corpo
nenhuma imperfeição.

Que ombros e que braços não só vi,
como toquei, e que mamilos tinha
próprios de se apertar!

Quanto era esbelto o peito, reto o abdômen!
Uma cintura e que cintura aquela!
Como era tenra a coxa!

O quê? Detalhes vou dizer? Não vi
nada de não louvável nela e nu
seu corpo o meu calquei.

O mais quem já não sabe? Os dois exaustos
deitamos. Sempre ocorram para mim
meios-dias assim!

I, 9

Militat omnis amans, et habet sua castra Cupido;
Attice, crede mihi, militat omnis amans.
quae bello est habilis, Veneri quoque conuenit aetas.
turpe senex miles, turpe senilis amor.
quos petiere duces animos in milite forti,
hos petit in socio bella puella uiro.
peruigilant ambo; terra requiescit uterque
ille fores dominae seruat, at ille ducis.
militis officium longa est uia; mitte puellam,
strenuus exempto fine sequetur amans.
ibit in aduersos montes duplicataque nimbo
flumina, congestas exeret ille niues,
nec freta pressurus tumidos causabitur Euros
aptaque uerrendis sidera quaeret aquis.
quis nisi uel miles uel amans et frigora noctis
et denso mixtas perferet imbre niues?
mittitur infestos alter speculator in hostes;
in riuale oculos alter, ut hoste, tenet.
ille graues urbes, hic durae limen amicae
obsidet; hic portas frangit, at ille fores.
Saepe soporatos inuadere profuit hostes
caedere et armata uulgus inerme manu.
sic fera Threicii ceciderunt agmina Rhesi,
et dominum capti deseruistis equi.
nempe maritorum somnis utuntur amantes,
et sua sopitis hostibus arma mouent.
custodum transire manus uigilumque cateruas
militis et miseri semper amantis opus.
Mars dubius nec certa Venus; uictique resurgunt,
quosque neges umquam posse iacere, cadunt.
Ergo desidiam quicumque uocabat amorem,
desinat. ingenii est experientis amor.
ardet in abducta Briseide magnus Achilles.
dum licet, Argeas frangite, Troes, opes!
Hector ab Andromaches complexibus ibat ad arma,
et, galeam capiti quae daret, uxor erat.
summa ducum, Atrides, uisa Priameide fertur
Maenadis effusis obstipuisse comis.
Mars quoque depensus fabrilia uincula sensit;
notior in caelo fabula nulla fuit.
ipse ego segnis eram discinctaque in otia natus;
mollierant animos lectus et umbra meos.
inpulit ignauum formosae cura puellae
iussit et in castris aera merere suis.
inde uides agilem nocturnaue bella gerentem.
qui nolet fieri desidiosus, amet!

1, Nove

Amantes são soldados – tem Cupido
seu próprio acampamento militar–,
Ático, eu juro, amantes são soldados.

A mesma idade a Vênus apropriada,
aos combates convém; são desprezíveis
senil soldado e amor na madureza.

Do bravo milite o vigor belígero
que o general requer, a moça exige-o,
belíssima, de quem é seu parceiro.

Ambos em claro a noite vigilantes
passam; na terra nua ambos se deitam,
da dona um serve à porta, outro à do chefe.

É um dever do soldado a longa estrada.
Deixa partir a moça mundo afora:
não terá fim do estrênuo amante a busca;

passará por montanhas perigosas,
e, nas chuvas, por rios reduplicados,
ele montões de neve pisará,

e, estando prestes a lançar-se ao mar,
não lhe serão pretexto os Euros tímidos,
nem da navegação a boa estrela.

Quem, à exceção do amante e do soldado,
o frio, de madrugada, sofreria
e a neve misturada a trombas d'água?

Como espião, estoutro é enviado
ao inimigo, aquele não desgruda
os olhos do rival, seu inimigo.

Se um deles grandes urbes cerca, o outro
da sua dona o duro limiar.
Este as portas, portões aquele arromba.

É geralmente proveitoso o ataque
quando profundamente o imigo dorme.
Mata-se à mão armada ao desarmado:

assim de Reso Trácio sucumbiram
as tropas e também vocês, corcéis,
que, cativos, seu dono abandonaram.

Também maridos em profundo sono,
são de real proveito a dois amantes

que contra o imigo ressupino se armam.

Atravessar fileiras de vigias
e hostes de sentinelas é o dever
do sempre aflito amante e do soldado.

Marte é volúvel, Vênus inconstante,
seus vencidos ressurgem e se rende
quem julgas que jamais sucumbirá.

Assim, quem estiver chamando amor
de ociosidade, deixa de inverdades.
Amor requer engenho burilado.

Tendo sua Briseida sequestrada,
ira-se o grande Aquiles, ó Troianos,
enquanto podem, vençam os Argivos!

Dos abraços de Andrômaca aos combates
Heitor se deslocava e à própria esposa
era dado vestir-lhe o capacete.

O general dos generais, o Atrida,
dizem que, ao ver Cassandra priameia
com cabelos de Mênade, perdeu-se.

Em flagrante delito também Marte
sentiu as redes do Deus-Fabro, fábula
mais famosa no céu não existiu.

Eu era um fraco que vivia no ócio,
desde quando nasci eu era assim,
a sombra e a cama um frouxo me fizeram.

Mas o querer de uma formosa dama
a preguiça expulsou e me exigiu
o alistamento nos quartéis de Amor.

Desde então, me vês sempre em prontidão,
em sucessivos transes noite adentro,
quem não quer ser um frouxo, deve amar!

Referências Bibliográficas

Texto latino

OVID, P. N. *Volume I: Heroidas and Amores*. Translated by Grant Showerman and revised by G. P. Goold, Cambridge and New York: Harvard University Press, 1973. Conforme versão disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/ovid.html>. Acesso em 5 de outubro de 2008.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.38-51 Aspecto verbal em Varrão

GIOVANNA MAZZARO VALENZA

Mestranda em Letras – UFPR / Bolsista CNPQ

giovanna_valenza@yahoo.com.br

Introdução

Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) foi o primeiro gramático latino cujo texto chegou até nós. De sua obra *DE LINGVA LATINA*, conhecemos somente seis dos 25 livros originais. Três deles tratam de etimologia (V-VII) e três de morfologia (VIII-IX). Nestes, Varrão discute as teorias dos defensores da analogia e anomalia, e chega à conclusão de que ambos os princípios existem conjuntamente, pois decorrem do uso, não havendo, portanto, necessidade de seguir somente um deles⁽¹⁾. É a partir daí que o autor estabelece a diferença entre *declinatio uoluntaria*, que corresponde ao que conhecemos hoje por derivação e *declinatio naturalis*, que entendemos como flexão. Varrão argumenta que, “na declinação voluntária há anomalia, e na declinação natural mais analogia”⁽²⁾, já que a primeira é resultado da vontade de cada indivíduo⁽³⁾ e a outra é baseada no senso comum⁽⁴⁾.

É na obra de Varrão que encontramos também a clássica divisão das partes do discurso, baseada na flexão das palavras:

Palavras com flexão de caso	Nomes
Palavras com flexão de tempo	Verbos
Palavras sem flexão de caso e tempo	Advérbios
Palavras com flexão de caso e tempo	Particípios ⁽⁵⁾

Nas palavras de Varrão,

“a seguir falarei o que é relativo às partes individuais da oração. Visto que são muitas as divisões existentes, eu agora estabelecerei preferencialmente aquela em que a oração é dividida em quatro partes, segundo sua natureza: a que tem caso, a que tem tempo, a neutra⁽⁶⁾ e a que tem ambos. Alguns

chamam essas partes de *appelandi* ‘para nomear’, *dicendi* ‘para dizer’, *adminiculandi* ‘para auxiliar’ e *iungendi* ‘para juntar’. Como exemplos da parte que se usa para nomear, temos *homo* ‘homem’ e *Nestor* ‘Nestor’; da parte que se usa para dizer, temos *scribo* ‘eu escrevo’ e *lego* ‘eu leio’; daquela parte que se junta, temos palavras como *scribens* ‘aquele que escreve’ e *legens* ‘aquele que lê’ e da parte que se usa como auxílio, temos palavras do tipo *docte* ‘sabidamente’ e *commode* ‘convenientemente’.(⁷)

Aspecto: a teoria de Varrão

Outra noção relevante apontada por Varrão em sua obra é a de aspecto, parte de seu estudo que tentarei explorar neste artigo. Ele é o primeiro autor latino a tratar do assunto, retomando a divisão estabelecida pelos estóicos entre ação acabada (□□□□□□□□) e ação inacabada (□□□□□□□□). Tal divisão, curiosamente, não é encontrada na *Téchnē grammatikē* de Dionísio Trácio, obra chave para se estudar o DE LINGVA LATINA, já que Varrão adapta várias idéias da primeira gramática grega para o latim.(⁸)

Segundo Robins (1983, p. 40),

No estudo das categorias do verbo, Varrão demonstrou simpatia pela doutrina dos estóicos, que distinguiram as referências temporais e aspectuais. Em sua análise das formas verbais ativas e passivas do modo indicativo, considerou como básica a divisão em aspecto completo e aspecto incompleto, tendo em vista que as formas com o mesmo valor aspectual possuíam o mesmo tema, sendo que na voz passiva as forma de aspecto conclusivo eram constituídas de duas palavras. A maioria das pessoas, porém, afirma Varrão, erroneamente só levaram em conta a dimensão temporal.

O latim apresenta dois aspectos verbais, o *infectum* (lit., ‘não feito’) e o *perfectum* (lit., ‘feito por completo’), enquanto no grego antigo havia, além desses, o aoristo (aspecto zero).

O autor latino, ao contrário dos gramáticos gregos e de seus sucessores latinos, enfatiza a importância de reconhecer o aspecto nos verbos.

“Segundo Varrão, a característica mais importante a estabelecer no verbo não é tanto o tempo e sim a duração, isto é, a oposição entre o *infectum*, que

expressa uma ação inacabada, e o *perfectum*, que indica uma ação terminada, tanto na voz ativa como na passiva”. (CORADINI, 1999, p. 498)

Para Varrão, há analogia nesses verbos:

Quem é tão atrasado que não observou também semelhanças que usamos nos comandos, as que usamos nos pedidos, nas perguntas, nas coisas não acabadas e nas coisas acabadas e semelhantemente nos outros grupos de palavras?(-.)

Quando Varrão fala em ‘comandos’ e ‘pedidos’, está tratando do modo imperativo, mas sem usar essa nomenclatura. Ao lembrar da analogia nas perguntas, está se referindo às formas usadas para interrogações – como, por ex., a partícula *-ne*, utilizada na palavra em que se quer dar ênfase, a qual vem sempre em primeiro lugar na frase: *amasne puellam?* ‘você ama a menina?’ ou *puellamne amas?* ‘é a menina que você ama?’. E quando diz ‘coisas não acabadas e coisas acabadas’, está tratando, é claro, dos aspectos *perfectum* e *infectum*, respectivamente.

O esquema proposto pelo autor para dividir os seis tempos verbais segundo o aspecto é o seguinte (*De ling. Lat.* X, 48⁽¹⁰⁾):

Tempos do <i>infectum</i>		
Tempo	Voz ativa (exemplo)	Voz passiva (exemplo)
Imperfeito	<i>tundebam</i> ‘eu golpeava’	<i>amabar</i> ‘eu era amado’
Presente	<i>tundo</i> ‘eu golpeio’	<i>amor</i> ‘eu sou amado’
Futuro	<i>tundam</i> ‘eu golpearei’	<i>amabor</i> ‘eu serei amado’

Tempos do <i>perfectum</i>		
Tempo	Voz ativa (exemplo)	Voz passiva (exemplo)
Mais que perfeito	<i>tutuderam</i> ‘eu golpeará’	<i>amatus eram</i> ‘eu tinha sido amado’
Perfeito	<i>tutudi</i> ‘eu golpeei’	<i>amatus sum</i> ‘eu fui amado’
Futuro do perfeito	<i>tutudero</i> ‘eu terei golpeado’	<i>amatus ero</i> ‘eu terei sido amado’

Varrão propõe uma divisão que outros gramáticos não reconhecem. A divisão entre tempos do *perfectum* e do *infectum* corresponde à diferença encontrada nas raízes desses grupos de verbos. No latim, é extremamente fácil perceber que há essa diferença, e os estudantes de latim devem, inclusive, memorizar os dois radicais para conjugar um verbo em qualquer tempo. O autor latino reconhece, sobretudo, que há analogia nos aspectos.

Notemos a presença dos dois radicais em exemplos apontados por Varrão no livro IX, em que defende a existência do princípio da analogia, rebatendo os comentários dos anomalistas.

Primeiro, quanto a eles dizerem que as analogias não são preservadas nos tempos, pois dizem *legi* (eu li), *lego* (eu leio), *legam* (eu lerei) e da mesma forma outros verbos, pois quando dizem ser um erro que *legi* significa uma coisa terminada, e as outras duas, *lego* e *legam*, coisas começadas, tratam do assunto usando exemplos errados, já que o mesmo verbo que é extraído do mesmo grupo e da mesma divisão pode ser transferido pelos tempos do *infectum*, como *discebam* (eu aprendia), *disco* (eu aprendo), *discam* (eu aprenderei), e os mesmos tempos do *perfectum*, como *didiceram* (eu aprendera), *didici* (eu aprendi), *didicero* (eu terei aprendido). Por causa disso, pode-se saber que existe a sistematicidade dos verbos, mas aqueles que querem pronunciar os verbos nos três tempos fazem isto de modo ignorante.⁽¹¹⁾

Varrão reconhece, no trecho acima, a existência dos três tempos do *infectum* – imperfeito (*discebam*), presente (*disco*) e futuro (*discam*) – e dos três tempos do *perfectum* – mais que perfeito (*didiceram*), perfeito (*didici*) e futuro do perfeito (*didicero*) –, ao contrário do que defendem os anomalistas quando apresentam só três tempos: *legi* como tempo (perfeito) do *perfectum* e *lego* e *legam* como tempos (presente e futuro) do *infectum*.

O verbo citado por Varrão tem um radical para os tempos que denotam ações inacabadas (*disc-*) e outro para os tempos que denotam ações acabadas (*didic-*). Tal diferença de radical também se verifica nos exemplos de formas passivas citados pelo autor:

Da mesma forma, aqueles que criticam porque dizemos *amor* (eu sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus sum* (eu fui amado, pois não deveria haver um verbo vindo de duas formas, enquanto os outros dois são formados por uma única. Ainda que você escrevesse os verbos a partir da divisão de um único tipo, eles estariam em discrepância entre si, já que todas as formas do *infectum* são, da mesma maneira, vindas de um verbo, e as formas do *perfectum* são, entre si, vindas de dois, em todas as formas verbais, como estas⁽¹²⁾: *amabar* (eu estava sendo amado), *amor* (sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus eram* (eu fora amado), *amatus sum* (eu fui amado), *amatus ero* (eu terei sido amado).⁽¹³⁾

No trecho acima, o autor critica o pensamento dos anomalistas que acreditam que não deveria haver uma forma verbal vinda de dois verbos na voz passiva (para a idéia de que ‘eu fui amado’, o verbo *amo* deve se combinar com o verbo *sum*, resultando na forma *amatus sum*). Varrão diz que os que acreditam ser tal forma verbal uma anomalia da língua estão errados, pois certamente há analogia na formação desses verbos: nos tempos do *infectum*, eles são colocados na voz passiva a partir de uma só forma (radical de *infectum*); os tempos do *perfectum* se apresentam na voz passiva com particípio mais verbo *sum* (verbo de ligação ‘ser’, ‘estar’, ‘haver’). Assim, temos o esquema:

Infectum

Tempo	Voz passiva
Imperfeito	Radical de <i>infectum</i> am- + vogal temática -a- + desinência de imperfeito -ba- + desinência de passiva -r = amabar ⁽¹⁴⁾
Presente	Radical de <i>infectum</i> am- + vogal temática -a- ⁽¹⁵⁾ + desinência de passiva -r = amor
Futuro	Radical de <i>infectum</i> am- + vogal temática -a- + desinência de imperfeito -bo- + desinência de passiva -r = amabor

Perfectum

Tempo	Voz passiva
Mais que perfeito	Particípio perfeito amatus ⁽¹⁶⁾ + verbo <i>sum</i> no imperfeito eram = amatus eram
Perfeito	Particípio perfeito amatus + verbo <i>sum</i> no presente sum = amatus sum

Futuro do perfeito	Particípio perfeito <i>amatus</i> + verbo <i>sum</i> no futuro <i>ero</i> = <i>amatus ero</i>
--------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

Embora tenham diferenças de radical nos dois aspectos, no caso de *amo* é fácil perceber que os dois radicais vêm do mesmo verbo. Por mais que sejam diferentes, eles mantêm o início igual: *am* + vogal temática *-a-*. Isso acontece na maioria dos verbos, mas existem alguns que possuem o radical de *perfectum* bem diferente do de *infectum*. Alguns exemplos (radical em negrito):

Primeira pessoa do presente do indicativo ativo (radical de <i>infectum</i>)	Primeira pessoa do perfeito do indicativo ativo (radical de <i>perfectum</i>)
ago ‘eu faço’	egi ‘eu fiz’
dico ‘eu digo’	dixi ‘eu disse’
mitto ‘eu envio’	misi ‘eu enviei’
pergo ‘eu continuo’	perrexi ‘eu continuei’
tango ‘eu toco’	tetigi ‘eu toquei’
fero ‘eu carrego’	tuli ‘eu carreguei’
aufero ‘eu roubo’	abstuli ‘eu roubei’
eo ‘eu vou’	iui / ii ‘eu fui’
sum ‘eu sou’	fui ‘eu fui’ ⁽¹⁷⁾

Varrão não esquece de tais verbos e cita dois deles (*pungo* ‘furar’, ‘atormentar’ e *tundo* ‘esmagar’):

Erram de modo similar os que dizem que convém mudar em todos os verbos as sílabas em uma e outra parte ou em nenhum, como em *pungo* (eu atormento), *pungam* (eu atormentarei), *pupugi*⁽¹⁸⁾ (eu atormentei), *tundo* (eu esmago), *tundam* (eu esmagarei), *tutudi*⁽¹⁹⁾ (eu esmaguei): pois eles reúnem verbos dissimilares do *infectum* com verbos do *perfectum*. Pois se comparassem os não acabados, todas as raízes do verbo pareceriam imutáveis, como em *pungebam*, *pungo*, *pungam* e, por outro lado, mutáveis, se expõem os acabados com *pupugeram* (eu atormentara), *pupugi* (eu atormentei), *pupugero* (terei atormentado).⁽²⁰⁾

Os dois radicais são reconhecidos, portanto, quando se separa os verbos que denotam ações completas (radical: *pung-*; *tund-*) e ações incompletas (radical: *pupug-*; *tutud-*).

Da mesma forma errada reúnem *fui* (eu fui), *sum* (eu sou), *ero* (eu serei), porque *fui* é do *perfectum*, cujas séries são evidentes para si, como deve ser, em todas as partes, porque é *fuera*m (eu fora), *fui* (eu fui), *fuero* (terei sido); no que se refere aos tempos do *inflectum*, que agora é dito *sum*, em certa época era dito *esum*, e em todas as pessoas era evidente, porque era dito *esum*, *es*, *est*, *eram*, *eras*, *erat*, *ero*, *eris*, *erit*; desta forma você verá que os outros verbos deste modo preservam a analogia.⁽²¹⁾

O verbo *sum* é irregular – daí as formas tão diferentes nas conjugações, especialmente as dos tempos presente e futuro:

Imperfeito	Presente	Futuro	Mais que perfeito	Perfeito	Futuro do perfeito
<i>eram</i>	<i>sum</i>	<i>ero</i>	<i>fuera</i> m	<i>fui</i>	<i>fuero</i>
<i>eras</i>	<i>es</i>	<i>eris</i>	<i>fuera</i> s	<i>fuisti</i>	<i>fuertis</i>
<i>erat</i>	<i>est</i>	<i>erit</i>	<i>fuera</i> t	<i>fuit</i>	<i>fuertit</i>
<i>eramus</i>	<i>sumus</i>	<i>erimus</i>	<i>fuera</i> mus	<i>fuimus</i>	<i>fuertimus</i>
<i>eratis</i>	<i>estis</i>	<i>eritis</i>	<i>fuera</i> tis	<i>fuistis</i>	<i>fuertitis</i>
<i>erant</i>	<i>sunt</i>	<i>erunt</i>	<i>fuera</i> nt	<i>fuertunt</i>	<i>fuertint</i>

Mas é possível estabelecer relações entre os dois aspectos, pois, como observa Varrão, a forma *sum* antes era *esum*, formando assim, um radical de *inflectum* semelhante aos três tempos: presente (*esum*, *es*, *est*), imperfeito (*eram*, *eras*, *erat*) e futuro (*ero*, *eris*, *erit*). O mesmo acontece com os três tempos do *perfectum*, cujo radical é *fu-*, no mais que perfeito (*fuera*m etc.), no perfeito (*fui* etc.) e no futuro do perfeito (*fuero*).

Isso se mantém no português, em que o verbo *ser* tem radicais distintos para certos tempos: imperfeito (*era*, *eras* etc.), presente (sou, és etc.), futuro (serei), mais-que-perfeito (fora, foras etc.) e perfeito (*fui*).

O gramático latino observou, ainda, uma espécie de verbos que não possuem formas de *perfectum*. O exemplo é *ferio* ‘bater’.

Portanto, da mesma forma, usam mal o exemplo *ferio* (eu bato), *feriam* (eu baterei), *percussi* (eu bati), porque a ordem^(22.) é *ferio, feriam, feriebam* (eu batia), *percussi, percussero* (eu terei batido), *percusseram* (eu tinha batido).^(23.)

Varrão critica os que usam indevidamente o exemplo de alguns perfeitos irregulares, pois eles são, na verdade, vindos de outros verbos. Na falta de um verbo para expressar o tempo perfeito, usa-se outro. O verbo *ferio* só é encontrado nos tempos do *infectum*. Para expressar a idéia de ‘eu bati’, ‘eu terei batido’ ou ‘eu tinha batido’, usa-se as formas de outro verbo, *percutio*, cujo significado é semelhante (‘bater’, ‘ferir’): *percussi, percussero e percusseram*, respectivamente.

Por outro lado, há verbos que são usados somente no aspecto perfectivo, pois têm significados que denotam ações permanentes. É o caso de *noui* ‘saber’, *cognoui* ‘conhecer’, *odi*, ‘odiar’ e *memini* ‘lembrar-se’. Dois deles aparecem em famosos poemas da literatura lírica latina:

o verbo *noui*, no epigrama 164 de Marcial,

*bella es, nouimus, et puella, uerum est,
et diues, quis enim potest negare?
sed cum te nimium, Fabulla, laudas,
nec diues neque bella nec puella es.*

Por certo, és bela e jovem, bem **sabemos**,
e rica. Quem negá-lo poderia?
Mas se demais tu te louvas, Fabula,
já não és rica, nem bela, nem jovem.
(Tradução: João Ângelo Oliva Neto)^(24.)

e o verbo *odi*, no talvez mais conhecido poema de Catulo, o n.º 85,

*odi et amo. quare id faciam, fortasse requiris.
nescio, sed fieri sentio et excrucior.*

Odeio e amo. Talvez tu me perguntes por que procedo assim.
Não sei, mas sinto isso dentro de mim e me angustio.

(Tradução: Lauto Mistura)⁽²⁵⁾

Pode-se perceber que o sentido é de presente, mas o uso no perfeito indica conseqüência de uma ação que começou no passado e dura até o presente momento. Marcial não usa a forma *noscimus* (presente do indicativo ativo – radical de *infectum*: *nosc-*), mas *nouimus* (perfeito indicativo ativo – radical de *perfectum*: *nou-*). Quer dizer que ‘nós já sabemos que és jovem, bela e rica, pois tomamos conhecimento disso há algum tempo’.

No poema de Catulo, o sentido de presente que permanece é mais nítido, quando o verbo *odi* é colocado ao lado do verbo *amo*. O primeiro é um verbo defectivo que só se encontra no *perfectum*, e o segundo é amplamente usado em todos os tempos existentes. A ação de odiar certamente começou no passado e perdura, ao lado da ação de amar, esta algo bem presente para o eu-lírico.

Ainda sobre os verbos que são encontrados somente em três tempos, Varrão destaca as formas de imperativo. A observação mais interessante sobre tais formas é que elas só podem ocorrer nos tempos do *infectum* porque ninguém pode ordenar algo que já foi feito (uma ação já acabada):

Eles também criticaram, pois, certos verbos que não possuem tríos de pessoas nem três tempos: criticaram isto inabilmente, como alguém que critica a natureza porque ela não modelou todos os animais de uma única forma. Pois se a natureza não tem todas as formas de verbos em três tempos e três pessoas, as divisões⁽²⁶⁾ dos verbos não têm precisamente o mesmo número⁽²⁷⁾. Por isso, quando damos uma ordem, é uma forma que na natureza só os tempos do *infectum* têm, já que damos uma ordem para algo que está no presente ou no futuro, existem três formas, como *lege*⁽²⁸⁾ (lê/leia), *legito*⁽²⁹⁾ (que ele leia), *legat*⁽³⁰⁾ (leia): pois ninguém ordena uma coisa já feita. Por outro lado, aquelas que são formas de indicar, como *lego*, *legis*, *legit*, fazem nove formas verbais do *infectum* e nove do *perfectum*.⁽³¹⁾

Nesse trecho encontramos a primeira tentativa de nomear os modos. Varrão insinua essas três *diuisiones*, que entendemos hoje por modos. Nesse caso, *quae sunt indicandi* (aquelas que são formas de indicar) remetem-nos ao modo indicativo, *cum imperamus*, ao modo imperativo. O verbo no modo subjuntivo *legat* não é comentado,

mas aparece na obra de Varrão como uma das formas de se dar ordem ('que ele leia', também traduzido como 'lê!').

O autor enumera, assim, as formas existentes em cada aspecto: no modo indicativo, há nove no *infectum* e nove no *perfectum*, em que três tempos x três pessoas é igual a nove formas.

Varrão reconhece, ainda, a existência das formas de participio que denotam ações feitas com grande frequência. Como exemplo, cita *cantitans*. No trecho abaixo, ele critica os analogistas que acreditam na semelhança entre esses verbos, mas o autor lembra que algumas formas não preservam analogia.

Mas a analogia não é preservada até mesmo naqueles que indicam que **algo é feito com grande frequência**; porque embora haja *cantitans* (que canta, cantante), de *cantare* (cantar), não há *amitans*⁽³²⁾ de *amare* (amar), e muitas outras formas similares. A situação é a mesma nas formas de plural e naquelas de singular: pois são ditos *cantitantes* (os que cantam, cantantes), mas *seditantes* (os que sentam, "sentantes") não são.⁽³³⁾

Um ponto interessante de sua obra é o reconhecimento de prefixos que podem criar novas palavras na língua. O autor exemplifica o processo com o verbo *cedo*. No pretérito perfeito, pode-se acrescentar tais prefixos que dão outro sentido ao verbo:

cedo 'caminhar' – *cessit* 'ele/a caminhou'

verbo + prefixos:

processit 'avançou' e *recessit* 'retrocedeu'

accessit 'aproximou-se' e *abscessit* 'afastou-se'

incessit 'atacou' e *excessit* 'retirou-se'

successit 'sucedeu' e *decessit* 'ausentou-se'

discessit 'separou-se' e *concessit* 'sujeitou-se'⁽³⁴⁾

Segundo Coradini (1999, p. 503), Varrão

argumenta que, com dez prefixos aplicados sobre quinhentas formas secundárias derivadas de cada palavra, segundo a teoria de Coscônio, podem-

(*Ars grammatica scientia est eorum quae a poetis historicis oratoribusque dicuntur ex parte maiore*). (FUNAIOLI, 1907, apud ROBINS, 1983, p. 49, nota 5)

⁹ *Quis est tam tardus qui illas quoque non animadverterit similitudines, quibus utimur in imperando, quibus in optando, quibus in interrogando, quibus in infectis rebus, quibus in perfectis, sic in aliis discriminibus? (De ling. Lat. IX, 32)*

¹⁰ *Nam cum sint verba alia infecta, ut lego et legis, alia perfecta, ut legi et legisti, et debeant sui cuiusque generis in coniungendo copulari, et cum recte sit ideo lego ad legebam, non recte est lego ad legi, quod legi significat quod perfectum: ut haec tutudi pupugi, tundo pungo, tundam pungam, item necatus sum verberatus sum, necor verberor, necabor verberabor, iniuria reprehendant, quod et infecti inter se similia sunt et perfecti inter se, ut tundebam tundo tundam et tutuderam tutudi tutudero; sic amabar amor amabor, et amatus eram amatus sum amatus ero. Itaque inique reprehendunt qui contra analogias dicunt, cur dispariliter in tribus temporibus dicantur quaedam verba, natura cum quadruplex sit analogia.*

¹¹ *Primum quod aiunt analogias non servari in temporibus, cum dicant legi lego legam et sic similiter alia: nam quae sint ut legi rem perfectam significare, duo reliqua lego et legam inchoatam, iniuria reprehendunt: nam ex eodem genere et ex divisione idem verbum, quod sumptum est, per tempora traduci infecti potest, ut discebam disco discam, et eadem perfecti, ut didiceram didici didicero. Ex quo licet scire verborum rationem constare, sed eos, qui trium temporum verba pronuntiare velint, inscienter id facere. (De ling. Lat. IX, 96)*

¹² Os exemplos dados nesse trecho são de verbos na voz passiva. Os três primeiros estão em tempos do *infectum* – *amabar* (imperfeito); *amor* (presente) e *amabor* (futuro) – e os outros três em tempos do *perfectum* – *amatus eram* (mais que perfeito); *amatus sum* (perfeito) e *amatus ero* (futuro do perfeito).

¹³ *item illos qui reprehendunt, quod dicamus amor amabor amatus sum: non enim debuisse in una serie unum verbum esse duplex, cum duo simplicia essent. Neque ex divisione si unius modi ponas verba, discrepant inter se: nam infecta omnia simplicia similia sunt, et perfecta duplicia inter se paria in omnibus verbis, ut haec amabar amor amabor, amatus eram amatus sum amatus ero. (De ling. Lat. IX, 97)*

¹⁴ Varrão apresenta, nesses exemplos, somente a primeira pessoa do singular. Para as outras pessoas, temos: imperfeito (*amabaris / -re, amabatur, amabamur, amabamini, amabantur*); presente (*amaris /-re, amatur, amamur, amamini, amantur*); futuro (*amaberis /-re, amabitur, amabimur, amabimini, amabuntur*).

¹⁵ A vogal temática *-a-* aparece em todas as pessoas, menos na primeira, por mudança histórica.

¹⁶ A forma *amatus* é masculina. Há formas para os outros dois gêneros: *amata* (feminino) e *amatum* (neutro). Para dizer eu fui amada, deve-se usar ‘*amata sum*’. Isso funciona também para os tempos perfeito e futuro do perfeito.

¹⁷ Os últimos quatro exemplos são verbos irregulares e, além dos radicais de aspecto diferentes, possuem formas anômalas na sua conjugação de presente: (*ad*)*fero, fers, fert, ferimus, fertis, ferunt; aufero, aufers, aufert, auferimus, aufertis, auferunt; eo, is, it, imus, itis, eunt; sum, es, est, sumus, estis, sunt.*

¹⁸ Forma de perfeito em que há redobro de fonemas (alguns verbos repetem a sílaba inicial quando no perfeito).

¹⁹ Idem.

²⁰ *Similiter errant qui dicunt ex utraque parte verba omnia commutare syllabas oportere aut nullum, in his pungo pungam pupugi, tundo tundam tutudi: dissimilia enim*

conferunt, verba infecti cum perfectis. Quod si infecta modo conferrent, omnia verbi principia incommutabilia viderentur, ut in his pungebam pungo pungam et contra ex utraque parte commutabilia, si perfecta ponerent, ut pupugeram pupugi pupugero. (De ling. Lat. IX, 99)

²¹ *Item male conferunt fui sum ero, quod fui est perfectum, cuius series sibi, ut debet, in omnibus partibus constat, quod est fueram fui fuero; de infectis sum quod nunc dicitur olim dicebatur esum et in omnibus personis constabat, quod dicebatur esum es est, eram eras erat, ero eris erit; sic huiusce modi cetera servare analogiam videbis. (De ling. Lat. IX, 100)*

²² A palavra *ordo*, no *De Lingua Latina*, designa as colunas e linhas de formas gramaticais em uma matriz morfológica e está mais próxima da relação com a categoria gramatical de número.

²³ *Quare item male dicunt ferio feriam percussi, quod est ordo ferio feriam feriebam, percussi percussero percusseram. Sic deinceps in reliquis temporibus reprehendenti responderi potest. (De ling. Lat. IX, 98)*

²⁴ In: NOVAK & NERI (orgs.), 1992, p. 273.

²⁵ *ibid.*, p. 85.

²⁶ A palavra *diuisiones* corresponde aos modos verbais.

²⁷ Ou seja, três.

²⁸ Imperativo presente.

²⁹ Imperativo futuro.

³⁰ Presente do subjuntivo.

³¹ *Etiam in hoc reprehendunt, quod quaedam verba neque personas habent ternas neque tempora terna: id imperite reprehendunt, ut si quis reprehendat naturam, quod non unius modi finxerit animalis omnis. Si enim natura non omnes formae verborum terna habent tempora, ternas personas, non habent totidem verborum divisiones. Quare cum imperamus, natura quod infecta verba solum habent, cum aut praesenti aut absenti imperamus, fiunt terna, ut lege legito legat: perfectum enim imperat nemo. Contra quae sunt indicandi, ut lego legis legit, novena fiunt verba infecti, novena perfecti. (De ling. Lat. IX, 100)*

³² Pois há *amans* designando “que ama, amante”.

³³ *Ne in his quidem, quae saepius quid fieri ostendunt, servatur analogia: nam ut est a cantando cantitans, ab amando amitans non est et sic multa. Ut in his singularibus, sic in multitudinis: sicut enim cantitantes seditantes non dicuntur. (De ling. Lat. VIII, 60)*

³⁴ *A quibus iisdem principiis antepositis praeverbis paucis immanis verborum accedit numerus, quod praeverbis inmutatis additis atque commutatis aliud atque aliud fit: ut enim et processit, et recessit, sic accessit et abscessit; item incessit et excessit, sic successit et decessit, discessit et concessit. (De ling. Lat. VI, 38)*

³⁵ *Quod si haec decem sola praeverbia essent, quoniam ab uno verbo declinationum quingenta discrimina fierent, his decemplicatis coniuncto praeverbio ex uno quinque milia numero efficerentur, ex mille ad quinquagies centum milia discrimina fieri possunt. (De ling. Lat. VI, 38)*

REFERÊNCIAS

CHAPANKSI, G. *Uma tradução da TÉKHNE GRAMMATIKĒ, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado: UFPR, 2003.

CORADINI, H. *Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese de doutorado. São Paulo: USP-FFLCH-DLCV, 1999.

DAVID, S. M. *A categoria de aspecto na conjugação do verbo latino*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF30.html>>. Acesso em 23.07.08.

NERI, M. L.; NOVAK, M. da G. (orgs.). *Poesia lírica latina*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad.: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

VALENZA, G. M. *Os argumentos de analogistas e anomalistas na obra De Lingua Latina de Varrão: tradução e análise de excertos*. Monografia de Conclusão de Curso: UFPR, 2006.

VARRO. *On the latin language: books V-VII*. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

_____. *On the latin language: books VIII-X*. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

O escopo do *Górgias* de Platão e o objeto do *élenkhos* socrático

JANAÍNA SILVEIRA MAFRA
Mestre em Filosofia (UFMG)
janainamafra@yahoo.com.br

Vai, amigo, não te enfastie sendo benfazejo, refuta-me⁽¹⁾

No catálogo de Trasiló, mencionado por Diógenes Laércio⁽²⁾, o *Górgias* aparece com o subtítulo: sobre a retórica (περὶ ῥητορικῆς)⁽³⁾. Esse subtítulo, entretanto, não funciona como uma descrição do escopo (σκοπός) do diálogo, como observa Olimpiodoro, comentador neoplatônico do séc. VI d.C.:

Quanto ao escopo do diálogo, diferentes posições foram tomadas. Uns dizem que ele consiste em discutir a retórica, esses o intitulam de *Górgias ou sobre a retórica*, e o fazem erroneamente, pois descrevem o todo baseando-se apenas em uma parte: Sócrates conversa com Górgias sobre a retórica, e é a partir disso que eles estabelecem o escopo do diálogo [...]. Outros dizem que ele consiste em discutir a justiça e a injustiça, por que os justos são felizes e os injustos infelizes e miseráveis [...]. Essas pessoas extraem o escopo do diálogo de uma parte dele, *i.e.*, dos argumentos contra Polo. Outros dizem que ele consiste em discorrer sobre o demiurgo, uma vez que no mito [Sócrates] fala sobre o demiurgo, como devemos saber. Dizemos, todavia, que ele consiste em *discutir sobre os princípios éticos que nos conduzem à felicidade política* / περὶ τῶν ἀρχῶν τῶν ἠθικῶν διαλεχθῆναι τῶν φερουσῶν ἡμᾶς ἐπὶ τὴν πολιτικὴν εὐδαιμονίαν - 0.4, grifo nosso⁽⁴⁾.

Segundo Olimpiodoro, o escopo do *Górgias* seria o tema mais geral da ética⁽⁵⁾. O diálogo estabeleceria seis causas ou princípios éticos da felicidade política: a material (a alma), a eficiente (a vida filosófica), a formal (a justiça e a temperança), a paradigmática (o *kósmos*), a instrumental (a educação) e a final (o bem)⁽⁶⁾. Dessas seis causas ou princípios, três teriam uma relevância particular, pois seriam os temas das três principais seções do texto, constituídas pelas conversas entre seus respectivos personagens e Sócrates: na conversa com Górgias, Platão investigaria se a *causa eficiente* da felicidade política é a retórica ou a vida filosófica; na conversa com Polo, se sua *causa formal* é a injustiça ou a justiça; na conversa com Cálicles, se sua *causa final*

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

é o prazer ou o bem. Esses princípios ou causas, interpenetrando-se, visariam uma meta comum, a felicidade política⁽⁷⁾.

Comentadores modernos também consideram a ética e seus desdobramentos políticos o tema central do *Górgias*, o que Canto-Sperber confirma, em poucas palavras, ao seguir os passos de Dodds: “a crítica da retórica é sempre motivada pela vontade de definir qual gênero de vida é preciso adotar”⁽⁸⁾. Dodds diz, antes dela, que os dois temas, o da retórica (ῥητορικῆ) e o da felicidade (εὐδαιμονία), estão entrelaçados em todo o diálogo e que o domínio da retórica é, em uma democracia, a via de acesso fácil para o poder. A retórica é a arte do sucesso e o termo ῥήτωρ, como esclarece o helenista, aplica-se não apenas ao professor dessa arte, mas também aos cidadãos que, ocasionalmente ou com frequência, fazem um uso público e, portanto, político da palavra. É preciso, então, escolher qual modo de vida seguir: o do político-retor, que orienta suas ações segundo os critérios da eficácia e do sucesso? Ou o do político-filósofo, que orienta suas ações segundo os critérios da excelência e da felicidade?⁽⁹⁾ Segundo Dodds, a questão sobre o valor da retórica pode ser posta nesses termos ou em termos mais abrangentes, que concernem aos valores humanos de um modo geral: *que modo de vida é preciso viver* (ὅτινα χρὴ τρόπον ζῆν)⁽¹⁰⁾.

Monique Dixsaut, por sua vez, sustenta que “o *Górgias* é o diálogo onde há o maior número de termos que conotam a refutação (*élenkhos*, *elénkhein* e todos os termos compostos formados a partir desse verbo), de modo que poderíamos pensar que esse é o seu verdadeiro assunto”⁽¹¹⁾. Mas ela reconhece como seu objetivo central a reflexão sobre as origens da *dóxa*, sobre as contradições e os conflitos que o pensamento *doxástico* engendra entre o particular e o universal, o privado e o público. Portanto, quando afirma que o *élenkhos* poderia ser pensado como o verdadeiro assunto do diálogo, ela o toma como uma prática de exame, cuja finalidade principal é por à prova “a própria opinião, a brutalidade das afirmações e negações que a exprimem, os conflitos violentos que ela engendra entre o interesse particular e o público e a pretensa técnica persuasiva que apenas conforta ou contesta esses interesses”⁽¹²⁾. Transitando do assunto do objetivo do diálogo ao do *élenkhos* em seu contexto, Dixsaut critica a leitura de Vlastos que, em *Socratic Studies*, assevera que Sócrates tem um conjunto de crenças morais universalmente válidas e implicitamente presentes em todo homem, a partir das quais a negação das crenças imorais dos interlocutores é deduzida⁽¹³⁾. Ela considera que o “Sócrates [de Vlastos] faz muito caso das crenças ou das opiniões para alguém

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

que afirma que crer não é conhecer”(14). Se o exame conduzido por Sócrates produz um efeito na alma, este não consiste em reforçar as crenças morais do interlocutor, nem em libertá-lo de suas crenças imorais, mas da crença que ele tem de saber o que não sabe, esse é o único modo de fazer com que alguém conheça ou tenha ciência de algo. Essa é a finalidade principal do *élenkhos* no *Górgias* e Dixsaut a chama de “finalidade epistemológica”, que é seguida de uma consequência ética, “de uma consequência e não de uma finalidade”, como ela enfatiza(15).

Dixsaut questiona a idéia, muitas vezes aceita pelos comentadores, de que Sócrates exige do interlocutor que ele diga [sempre] o que acredita (*say what you believe*)(16). Influenciado pela definição aristotélica de *peirástica*(17), Vlastos considera que dizer o que se acredita é uma condição para a busca elênica da verdade moral(18); ele considera que a franqueza é a única forma de garantir a dimensão existencial do exame, ou seja, de garantir que não apenas as proposições dos interlocutores sejam examinadas, mas também suas vidas(19). De fato, há bases textuais no *Górgias* e em outros diálogos que corroboram essa dimensão do exame:

Ἦ μακάριε, μὴ παρὰ δόξαν ἀποκρίνου, ἵνα τι καὶ περαίνωμεν.

Sócrates diz a Trasímaco: Bem aventurado, não respondas contra o que [te] parece, a fim de que também realizemos algo(20).

Οὐδὲν γὰρ δέομαι τὸ “εἰ βούλει” τοῦτο καὶ “εἴ σοι δοκεῖ” ἐλέγχεσθαι, ἀλλ’ ἐμέ τε καὶ σέ. Τὸ δ’ “ἐμέ τε καὶ σέ” τοῦτο λέγω, οἴομενος οὕτω τὸν λόγον βέλτιστ’ ἂν ἐλέγχεσθαι, εἴ τις τὸ “εἴ” ἀφέλοι αὐτοῦ.

Sócrates diz a Protágoras: Pois não preciso examinar (ἐλέγχεσθαι) o “se queres” isso e o “se te parece”, mas o me e o te. E digo este “me e te” pensando que assim o argumento seria examinado (ἐλέγχεσθαι) melhor, se alguém retirasse o “se” dele(21).

Καὶ πρὸς φίλιου, ὦ Καλλίκλεις, μήτε αὐτὸς οἴου δεῖν πρὸς ἐμὲ παίζειν μηδ’ ὅτι ἂν τύχῃς παρὰ τὰ δοκοῦντα ἀποκρίνου.

Sócrates diz: Pelo [deus] da amizade, Cálicles, não penses que é preciso zombar de mim, tampouco responder qualquer coisa que lhe sobrevenha contra o que te parece(22).

Mas também há bases textuais que nos levam a pensar que a finalidade do *élenkhos* é antes o desenvolvimento do *lógos*:

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

Τί δέ σοι, ἔφη, τοῦτο διαφέρει, εἴτε μοι δοκεῖ εἴτε μή, ἀλλ' οὐ τὸν λόγον ἐλέγχεις; οὐδέν, ἦν δ' ἐγώ.

Trasímaco pergunta a Sócrates: [...] que te importa isto, dizia, se me parece ou não, se não refutas (ἐλέγχεις) o argumento? Nada, eu retorquia⁽²³⁾.

ἔνεκα περαίνεσθαι τὸν λόγον ἐρωτῶ, οὐ σοῦ ἔνεκα.

Sócrates diz a Górgias: faço perguntas a fim de que o argumento se desenvolva e não por causa de ti⁽²⁴⁾.

Como atesta a passagem 333c5-8 do *Protágoras*, o exame tem por objeto principalmente o *lógos*: “para mim, não importa que tu sejas desse ponto de vista ou não, se ao menos respondes” (οὐδέν μοι διαφέρει, ἐὰν μόνον σύ γε ἀποκρίνη, εἴτ' οὖν δοκεῖ σοι ταῦτα, εἴτε μή)⁽²⁵⁾. Mas é preciso reconhecer que ele também tem uma repercussão *pessoal*⁽²⁶⁾ sobre aqueles que o conduzem, pois, como Sócrates diz nesse mesmo diálogo, “pode acontecer que o *élenkhos* também tenha por objeto eu próprio, que faço as perguntas, bem como aquele que as responde”⁽²⁷⁾. Se Sócrates ora exige do interlocutor que ele diga o que acredita, ora cuida de examinar seus argumentos (*lógoi*), não há razão para adotarmos uma leitura moralizante, que cola o enunciador a seu discurso, tampouco uma leitura *logicista*, restrita à esfera do *lógos*, que desassocia por completo o enunciador de sua enunciação. Sustentamos, portanto, que o objeto do *élenkhos* socrático é, sim, o *lógos*, seja ele produto das crenças do interlocutor ou não, mas pode ser⁽²⁸⁾ que, ao ter o *lógos* refutado, aquele que o proferiu, provando uma dificuldade consigo próprio⁽²⁹⁾, transforme-se, ou seja, pode ser que deixe de crer que sabe o que não sabe e, predispondo-se verdadeiramente a conhecer algo, venha a discorrer e a agir em conformidade com as determinações desse novo conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Antigas - Platão

PLATO. *Platonis Opera*. Burnet, J. (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1900-1907.

PLATON. *Œuvres Complètes*. Trad. L. Robin. Paris: Gallimard, 1959-1960. (Collection Bibliothèque de la Pléiade).

PLATON. *Œuvres Complètes*. Paris: Les Belles Lettres, 1920-1956. (CUF - Collection des Universités de France).

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

PLATON. Collection GF-Flammarion, Paris.

Apologie de Socrate. Criton. Trad. Luc Brisson, 1997.

Protagoras. Trad. F. Ildefonse, 1997.

Gorgias. Trad. M. Canto-Sperber, 1989.

Ménon. Trad. M. Canto-Sperber, 1991.

Sophiste. Trad. N. –L. Cordero, 1993.

République. Trad. Georges Leroux, 2002.

Obras selecionadas:

PLATO. *Gorgias.* E. R. Dodds (ed). Oxford: Clarendon Press, 1959.

PLATON. *Gorgias.* Trad. Alfred Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1955.

PLATÃO. *Górgias.* Trad. Jaime Bruna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PLATON. *Apologie de Socrate.* Trad. Maurice Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1946.

PLATON. *Lachès.* Trad. Alfred Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

PLATÃO. *Láques.* Trad. Francisco Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1989.

PLATÃO. *Ménon.* Trad. M. Iglésias. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2001.

PLATO. *The Republic of Plato.* Critical notes, commentary and appendices by James Adam. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

PLATÃO. *República.* Trad. notas de M. H. R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

PLATON. *Le Sophiste.* Trad. A. Diès. Paris: Les Belles Lettres, 1986.

PLATON. *Théétète.* Trad. A. Diès. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

2. Outras Fontes Antigas

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres.* Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.

OLYMPIODORE. *Platonis Gorgiam Commentaria.* Leipzig: L. G. Westerink, 1970.

OLYMPIODORUS. *Commentary on Plato's "Gorgias".* Trad. Robin Jackson / Harrold Tarrant. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1998.

ARISTÓTELES. *Física I-II.* Trad. Lucas Angioni. Campinas: Cadernos de Tradução, 2002.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. G. Reale. Milano: Rusconi, 1997.

ARISTOTELIS. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

ARISTOTE. *Tópiques* (livros I-IV). Trad. J. Brunschwig. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

ARISTOTE. *Les Réfutations Sophistiques*. Trad. L. -A. Dorion. Paris: Vrin, 1995.

3. Comentários:

BALAUDÉ, Jean-François. “La philosophie comme mise à l’épreuve les mutations de l’*elenchos* de Socrate à Platon”. In: Pierre-Marie Morel (ed.). *Platon et l’objet de la science*. Paris: Presses Universitaires de Bordeaux, 1996.

BALAUDÉ, Jean-François. “La finalite de l’*elenchos* d’après les premiers dialogues de Platon. In: Gabriele Giannantoni e Michel Narcy (ed.). *Lezione socratiche*. Roma: Centro di Studio del pensiero antico, 1997.

DIXSAUT, Monique. *Métamorphoses de la dialectique dans les dialogues de Platon*. Paris: Vrin, 2001.

DIXSAUT, Monique. “Réfutation et dialectique”. In. *Agonistes: Essays in Honour of Denis O’Brien*. Ashgate Publishing, 2005, p. 9-43.

IRWIN, Terence. “Say what you believe”. *Apeiron* 26 (1993), p. 1-16.

MAY, Hope. “Socratic Ignorance and the Therapeutic Aim of the Elenchus”. *Apeiron* 4 (1997), p. 37-50.

SCOTT, Gary Alan (ed.). *Does Socrates have a method? Rethinking the elenchus in Plato’s dialogues and beyond*. Pennsylvania: Penn State Press, 2002.

VLASTOS, Gregory. “The Socratic Elenchus”. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 1 (1983), p. 27-58.

VLASTOS, Gregory. “The Socratic Elenchus: Method is All”. In: *Socratic Studies*. Cambridge University Press, 1994.

4. Outras referências:

BRANDWOOD, Leonard A. *A Word Index to Plato*. Leeds: W. S. Maney & Son, 1976.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire etymologique de la langue grecque*. Paris: Klincksieck, 1977.

DENNISTON, John D. *The Greek Particles*. Oxford : OUP, 1959.

CRESPO, E.; CONTI, L., MAQUIEIRA, H. *Sintaxis del Griego Clássico*. Madrid : Gredos, 2003.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

HUMBERT, J. *Syntaxe Grecque*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1945.

LIDDELL, Henry.; SCOTT, Robert; JONES, Stuart. *A Greek-English Lexicon*. New edition. Oxford, 1996.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura. *Dicionário Grego-Português, vol I e II [α-θ]*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006 (volumes restantes no prelo).

¹ Ἀλλὰ μὴ κάμης φίλον ἄνδρα εὐεργετῶν, ἀλλ' ἔλεγχε - *Górgias* 470c7. Ἀλλά tem aqui uma função exortativa, pois antecede os verbos κάμνειν e ἐλέγχειν, expressos respectivamente nos modos subjuntivo (κάμης) e imperativo (ἔλεγχε). Sobre o emprego dessa conjunção, quando seguida de verbos nesses modos, ver LIDDELL, SCOTT & JONES, 1996, p. 687. Dodds diz sobre essa passagem: “ἀλλ' ἔλεγχε é adicionado para esclarecer o que é a εὐεργεσία” - DODDS, comentário de PLATO. *Gorgias*, 1959, p. 241. Lembramos que as citações das obras modernas e clássicas vêm todas com traduções nossas. Optamos por manter a maioria dos termos gregos tal como aparecem em seus contextos de ocorrência, conservando o caso, o número, a pessoa, o tempo, etc., a fim de facilitar sua localização. Para as citações de Platão, utilizamos a edição dos textos gregos estabelecidos por J. Burnet, 1900-1907.

² *Vidas, Doutrinas e Sentenças dos Filósofos Ilustres*, III, 59.

³ Segundo Diógenes Laércio, Trasiló divide o *corpus* em nove tetralogias, sendo que cada diálogo é seguido por um título, cuja origem é geralmente o nome de um de seus personagens, e por um subtítulo, que diz respeito ao seu tema. A sexta tetralogia é compreendida pelo *Eutidemo* ou sobre a erística, pelo *Protágoras* ou sobre os sofistas, pelo *Górgias* ou sobre a retórica e pelo *Mênon* ou sobre a excelência (*Ibidem*).

⁴ JACKSON / TARRANT, tradução de OLYMPIODORUS. *Commentary on Plato's "Gorgias"*, 1998 (modificada por nós). Texto grego estabelecido por *Platonis Gorgiam Commentaria*, 1970, 0.4, 18-20.

⁵ Cf. *Commentary on Plato's "Gorgias"*, *op. cit.*, p. 57, n. 13.

⁶ Olimpíodoro parece ter se inspirado na doutrina aristotélica das causas (cf., p. ex., *Física* II 3-9 e *Metafísica* Δ 2).

⁷ Ver *Commentary on Plato's "Gorgias"*, *op. cit.*, 0.5 - 0.9.

⁸ CANTO-SPERBER, tradução de PLATON. *Gorgias*, 1993, p. 20.

⁹ A partir de uma análise contextualizada das ocorrências do termo εὐδαιμονία no *Górgias*, sustentamos que, para Sócrates, a felicidade consiste em dispor de determinada educação e na realização das excelências. Como atestam, p. ex., as passagens: 470e, quando Sócrates diz que a felicidade consiste em dispor de determinada educação (παιδεία) e na realização da justiça (δικαιοσύνη) e que, portanto, o homem injusto (ἀδίκος) e perverso (πονηρός) é infeliz (ἄθλιος); 523b, quando Sócrates, a partir de uma narrativa mítica e simbólica sobre a retribuição, diz que os homens que viveram a vida de modo justo (δικαίως) e piedoso (ὀσίως) serão afastados dos males e encaminhados para a ilha dos bem aventurados, onde viverão numa felicidade plena (πάση εὐδαιμονίᾳ), enquanto os que viveram a vida de modo injusto (ἀδίκως) e impiedoso (ἄθέως) serão encaminhados para o Tártaro, o cárcere da punição e da justiça.

¹⁰ DODDS, comentário de PLATO. *Gorgias*, 1959, p. 2-4.

¹¹ DIXSAUT, 2005, p. 67.

¹² *Op. cit.*, p. 68.

¹³ Ver VLASTOS, 1994, p. 1-29. Esse texto é o resultado de uma revisão de seu artigo “The socratic elenchus”, 1983, p. 27-58.

¹⁴ DIXSAUT, 2005, p. 56-57.

¹⁵ O adjetivo *epistemológico* é empregado aqui como uma derivação do termo ἐπιστήμη, geralmente traduzido por *ciência*.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.52-59

¹⁶ A expressão é de Vlastos. Irwin, por razões diferentes, põe em questão a idéia de que a exigência da sinceridade seja uma regra para o exame, pois se isso fosse postulado, Sócrates deixaria de discutir várias proposições não assentidas, mas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Ver IRWIN, 1993, p. 1-16.

¹⁷ A *peirástica* é um tipo de argumento refutatório que deduz a contraditória a partir das opiniões (ἐκ τῶν δοκούντων) do respondedor - *Refutações Sofísticas* 165b4-5. Sobre os tipos de discursos ou raciocínios em Aristóteles, ver *Refutações Sofísticas* 165a39-165b11 e *Tópicos* 100a27-101a26.

¹⁸ Segundo ele: “O *élenkhos* socrático é uma busca da verdade moral, uma argumentação feita através da confrontação de perguntas e respostas, ao longo da qual uma tese é debatida somente se for afirmada como a própria crença do respondedor [...]” - VLASTOS, 1994, p. 4.

¹⁹ VLASTOS, 1994, p. 9.

²⁰ *República* I 346a.

²¹ *Protágoras* 331c.

²² *Górgias* 500b.

²³ *República* I 349a.

²⁴ *Górgias* 454c.

²⁵ Lançamos mão da tradução de P. Stemmer (Platons Dialektik. Die Frühen und Mittleren Dialoge. Berlin-New York, 1992, p. 100 *et seq.*), retomada por Dixsaut, que, a fim de mostrar que o trecho grego em questão é ambíguo, retoma também a tradução de Robin, à qual não dá muito crédito: “[...] desde que tu me respondas *se esse é ou não, de fato, teu ponto de vista*”. Ela diz: “Robin faz resultar εἴτ’ οὖν δοκεῖ σοι ταῦτα εἶτε μή não de οὐδέν μοι διαφέρει, mas de ἐὰν [...] ἀποκρίνη. Sou mais propensa a aceitar a primeira construção [*i.e.*, a de Stemmer], por causa da frase que segue: ‘pois, de minha parte, é principalmente o *lógos* que submeto a exame’ / τὸν γὰρ λόγον ἔγωγε μάλιστα ἐξετάζω. Não se pode dizer de modo mais claro que o exame tem por objeto principalmente o *lógos* e não o fato de o interlocutor crer ou não realmente naquilo que diz”. Dixsaut, no entanto, considera a posição de Stemmer, para quem o *lógos* é o único objeto do *élenkhos*, muito radical, visto que μάλιστα não quer dizer *exclusivamente* - DIXSAUT, 2005, p. 57-58.

²⁶ Que preferimos chamar de psíquica, visto tratar-se da alma (*psykhé*) dos dialogadores.

²⁷ *Protágoras* 333c8-9.

²⁸ Dizemos “pode ser” porque, ainda que faça referência ao modo dócil (πραῦς) de interlocutores como o Teeteto, que no *Sofista* 217d e 226c se submete ao exame com boa vontade e paciência, Platão também faz referência a interlocutores intratáveis como Cálicles, que não admite a refutação e se recusa a pôr em questão seu pretenso saber.

²⁹ No *Sofista* 230b-c, Platão utiliza o verbo χαλεπίνειν para designar a insatisfação ou a dificuldade que o interlocutor sente consigo próprio ao ter seu discurso refutado. É quando prova essa dificuldade que ele toma consciência de si próprio, ou seja, que ele compreende que não sabe o que julgava saber e, conseqüentemente, passa a ter disposições mais conciliatórias (ἡμεροῦν) para com o outro.

**Em Busca da Imortalidade:
Algumas reflexões sobre a biografia e a História.**

RENATA CERQUEIRA BARBOSA
(Doutoranda/UNESP - Campus Assis/FAPESP)
Renata7barbosa@hotmail.com

A preocupação com a descrição da história de uma vida teve seu início no mundo grego antigo, ao mesmo tempo em que surgiu a história como forma de conhecimento. As biografias tinham por objetivo, dar exemplos morais, negativos ou positivos, muitas vezes constituindo os panegíricos. Essa “biografia clássica” dava maior ênfase ao caráter político, moral ou religioso do biografado, do que à pessoa, em sua singularidade. (BORGES: 2005, p. 205) Assim como a biografia, a história também surge segundo Heródoto, com o propósito de preservar aquilo que deve sua existência aos homens, para que o tempo não oblitere, e prestar aos extraordinários e gloriosos feitos, louvor suficiente para assegurar-lhes evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos. Seu entendimento da tarefa da História enraizava-se na concepção e experiência gregas de natureza, que compreendia todas as coisas que vêm a existir por si mesmas, sem assistência de homens ou deuses, sendo assim imortais. (ARENDDT: 1979, p. 70)

De acordo com Hannah Arendt, como a natureza e suas “coisas” *estão sempre presentes, é improvável que sejam ignoradas ou esquecidas; e, desde que elas existam para sempre, não necessitam da recordação humana para sua existência futura* (...). (ARENDDT: 1979, p. 70) E ainda, ao buscar uma afirmação em Aristóteles, nos assegura que o homem, enquanto ser natural e pertencente ao gênero humano possui imortalidade; através do ciclo repetitivo da vida, a natureza assegura para as coisas que nascem e morrem o mesmo tipo de eternidade. Neste sentido, está garantida a perpetuação do ser humano, no entanto o homem como indivíduo, não pode garantir este ciclo, pois a mortalidade se tornou a marca distintiva da existência humana. Os homens são “os mortais”, pois os animais existem apenas como membros de espécies e não como indivíduos. A mortalidade do homem repousa no fato de que a vida

individual, uma *bios* com uma história de vida identificável do nascimento à morte, emerge da vida biológica. Essa vida individual se distingue de todas as outras coisas pelo curso retilíneo de seu movimento, que por assim dizer secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica. Para Hannah Arendt, é isso a mortalidade: *mover-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica.* (ARENDR: 1979, p. 71) O grande desafio é perceber que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções, ou seja, *o extraordinário.*

No início da escrita da História Ocidental, a distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as coisas que existem por si mesmas, era o pressuposto tácito da historiografia. Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis. Contudo, para Arendt, se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras, de alguma permanência e impedir sua perecibilidade, então essas coisas entrariam no mundo da eternidade e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemósine, considerada, portanto como mãe de todas as demais musas. (ARENDR: 1979, p. 72)

A preocupação com a grandeza, tão proeminente na poesia e historiografias gregas, baseia-se na estreitíssima conexão entre os conceitos de natureza e de história. Seu denominador comum é a imortalidade. Para a autora, imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, é o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver ao mundo em que nasceram, se desejam sobreviver às coisas que os circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. A História acolhe em sua memória aqueles mortais que através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre. (ARENDR: 1979, p. 78)

Neste sentido, o objetivo da biografia era transmitir à posteridade a memória de homens que “merecem” ser celebrados. Um bom exemplo de biógrafo

memorialista, é o escritor e enciclopedista, Caio Suetônio Tranqüilo, nascido por volta de 70 d.C., provavelmente em Hipona, no norte da África. Ocupava a posição de *eqüestre*¹, trabalhou como gramático e depois se dedicou ao serviço público. Foi encarregado pelo imperador Trajano, de cuidar dos arquivos e bibliotecas, e depois, pelo imperador Adriano, da correspondência oficial. Nos textos dele que ainda possuímos, sobretudo *As Vidas dos Doze Césares*,² vemos que ele tirou proveito de uma documentação que suas funções lhe tornavam acessível, pois teve em mãos cartas e correspondências de César, Augusto e Nero entre outros. A obra é composta de doze biografias que abrangiam de César a Domiciano, das quais se perdeu apenas o início da primeira. De acordo com Diana Bowder, a obra tem seus vícios: *o estilo ainda é pouco hábil, as anedotas algumas vezes são pedantes, traindo uma credulidade sem limites, em especial quando o que relata contribui para o descrédito de sua vítima. Por outro lado, Suetônio é profundo, interessante, vigoroso, lúbrico, e forneceu dados valiosos sobre a personalidade dos imperadores romanos.* (19??, p. 244)

As Vidas dos doze Césares consiste em relatos nos quais os dados são classificados por categorias: descrição de guerras, atos constitucionais, reformas sociais, espetáculos públicos, doações e benemerência, vida doméstica, mexericos escandalosos, aparência pessoal, doenças. Na biografia de Júlio César o padrão pode ser claramente observado. Esta se inicia com as informações relativas à família e ao nascimento da personagem, acompanhada dos respectivos presságios; segue-se com a descrição da carreira de Júlio César, até sua vitória sobre os adversários e a sua ascensão ao poder; a celebração da vitória, inclusive os jogos públicos realizados; as reformas e planos de governo. Suetônio, explica seu programa, ou seja, o que irá trabalhar, despreocupado com a ordem cronológica, e termina com o relato da conspiração, morte, testamento, funeral e das reações provocadas pelo assassinato do imperador. Nas demais biografias o padrão é mais ou menos seguido, variando as características conforme o imperador a ser retratado. De acordo com Maria Luiza Corassim, um catálogo dos “vícios” dos “maus” imperadores era costumeiramente incluído; quase sempre era apresentada uma mistura das qualidades positivas e negativas, deixando-se ao leitor o encargo de formar um juízo sobre a personagem central da biografia. (1997, p. 102) No entanto, ao apresentar os aspectos negativos ou positivos, o autor já induzia o leitor a um juízo de valor.

Esta forma de organizar os dados do relato, chamada por alguns de eidológica, por oposição a outra forma possível, a cronológica, permite ao autor reunir os tópicos *per species*. Suetônio usa freqüentemente um recurso, chamado em latim de *divisio*. As *divisiones* eram adotadas para tornar clara a passagem de um tópico para o outro, dentro do esquema eidológico, separando os itens de uma biografia. (CORASSIM: 1997, p. 102) Há outras duas características na obra de Suetônio: uma é a citação de fontes de todo o tipo, em prosa e verso, em latim ou em grego, utilizando partes de cartas para ilustrar as questões que expõe. Como Suetônio trabalhou na época de Adriano em secretarias imperiais, se utilizou de consultas aos documentos citados.³ A outra constante é a abundância de pormenores escandalosos sobre o biografado. Pode-se considerar que Suetônio deu a linha que seria posteriormente seguida pela biografia imperial. (CORASSIM: 1997, p. 102)

Em *A Arte do Biógrafo*, Jean Orieux ao analisar o papel desempenhado pelo biógrafo, afirma que este deve reunir o maior número possível de conhecimentos sobre um personagem histórico, a fim de se aproximar, tanto quanto possível de sua verdade viva, com o máximo de precisão, de autenticidade e de probidade. (ORIEUX: s/d, p. 33) Neste sentido, segundo as indicações de Corassim (1997, p. 102) e da própria profissão de Suetônio, percebemos que ele se utilizou de fontes importantes, como os documentos imperiais, no entanto, não sabemos exatamente a natureza destes documentos, bem como, não sabemos como ele se apropriou destes mesmos documentos, no que diz respeito à interpretação e juízo de valor, mas sabemos através de alguns pesquisadores, que ele se utilizava de um certo pedantismo, quando queria levar o biografado ao descrédito.

Hoje em dia, a biografia está entre algumas das preocupações dos historiadores, mas denuncia às vezes suas ambigüidades. Segundo Giovanni Levi, em certos casos, recorre-se a biografia para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais. (1996, p. 167)

Giovanni Levi acha necessário tecer algumas observações ao recente entusiasmo dos historiadores pela biografia e autobiografia, num período de crises dos paradigmas e de questionamento construtivo dos modelos interpretativos aplicados ao mundo social. Segundo ele, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas. (1996, p. 167)

Um primeiro aspecto significativo refere-se às relações entre história e narrativa. A biografia constitui o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis, como por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição. (LEVI: 1996, pp. 168-169)

As exigências de historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam aos poucos se tornando mais parecidas. O sucesso editorial de algumas biografias recentes escritas por não-historiadores, atendendo a encomendas de editoras com financiamento de pesquisas e tempo de elaboração, coloca em questão mais uma vez, a oposição entre as exigências de mercado e as preocupações científicas com a necessidade de renovação desse gênero de produção histórica. Parece-nos que a avides do público pelas revelações das biografias, principalmente no que se refere aos mexericos e segredos de alcova de figuras conhecidas, é um reflexo natural da expansão e intensificação das informações sobre personalidades atuais, que se procura transferir e acrescentar aos homens do passado. A história do cotidiano⁴, também reflete de certa forma, uma desistência de buscar explicações mais profundas e amplas da experiência humana, no sentido de nos trazer um conforto do próximo, do simples, do familiar e nos dispensa de tentar compreender a sociedade como um todo que resulta de um processo longo e complexo.

Nesse sentido, Levi nos remete a Pierre Bourdieu, o qual falou acertadamente de *ilusão biográfica*, considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante. Nesse tipo de utilização, a biografia conserva sua especificidade. Todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Mas, de acordo com Levi, o contexto remete a duas perspectivas diferentes. Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. Do mesmo modo, a interpretação que tende a normalizar comportamentos que perdem seu caráter de destino individual na medida em que são típicos de um meio social e que afinal contribuem para o retrato de uma época ou de um grupo. Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia com a da personagem estudada. (LEVI: 1996, p. 169)

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Para Levi, pode-se alegar que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam. (1996, p. 176)

Maurice Halbwachs nos traz considerações acerca da memória individual e coletiva, que ajudam a esclarecer a problemática da biografia, assim como Giovanni Levi. De acordo com ele, geralmente fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer, debilitar ou completar o que sabemos de um evento em determinado contexto. A memória, neste sentido, torna-se indispensável. É a ela que recorremos como testemunho em determinados momentos da pesquisa histórica. No entanto esta

pode ser individual ou coletiva, e para este autor, o indivíduo participaria destas duas espécies.

(...) Mas conforme participe de uma ou de outra, adotaria duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias. De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aqueles que lhes são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (...) (HALBWACHS: 2004, p. 57)

De acordo com Halbwachs, se essas duas memórias se penetram frequentemente; em particular se a memória individual pode apoiar-se sobre a memória coletiva para confirmar algumas de suas lembranças, nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que forem recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS: 2004, p. 58)

Ao analisar a memória individual, o autor afirma que esta, não está inteiramente fechada ou isolada. Uma pessoa para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de evocar a lembrança dos outros. Ela se reporta a pontos de referência que existem fora dela, e que são fixados pela sociedade. Ou seja, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. A memória individual é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva, o é também, no entanto estes limites não são os mesmos, pois eles podem ser mais restritos ou mais remotos. Determinados acontecimentos ocupam um lugar na memória da nação, mesmo que a pessoa não o tenha assistido. Elas carregam consigo uma bagagem de lembranças históricas, que podemos ampliar pela conversação ou pela leitura. (HALBWACHS: 2004, p. 58)

Um bom exemplo está relacionado à lembrança que temos de determinados imperadores romanos, como Augusto, Nero ou Calígula, que são lembrados negativa ou positivamente, conforme valores estabelecidos pela sociedade daquele ou desse momento histórico, sem que o tenhamos presenciado.

Entretanto, para reconstruir em sua integridade a lembrança de um determinado acontecimento, seria necessário juntar todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo. Porém, as lembranças pessoais estão inteiramente em cada um. Segundo Halbwachs, seria o caso então, de distinguir duas memórias, que ele chama de *memória autobiográfica* e *memória histórica*. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outro lado, ela não representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (2004, p. 59)

Halbwachs distingue a *memória histórica* – aquela que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; da *memória coletiva* – aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, que mudam conforme os objetivos que elas implicam. Neste meio, também se desenvolvem muitos trabalhos tendenciosos, que são muitas vezes direcionados por uma memória histórica construída em favor de determinados grupos ou contra outros, conforme o interesse da sociedade ou grupo criador. Neste sentido, podemos classificar alguns trabalhos biográficos memorialistas como o caso de *As vidas dos doze Césares* de Suetônio.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na historiografia, assim como na visão acerca da história, muitas das biografias “confeccionadas” atualmente, possuem aquele sentido primeiro, de lutar pela imortalidade, que pode significar, conforme Hannah Arendt, a imortalização de si mesmo através de feitos famosos e a aquisição de fama imortal, como ocorreu na Grécia antiga; ou também pode significar a adição, à obra humana, de algo mais permanente do que nós mesmos; e pode significar também, como com os filósofos, o dispêndio da própria vida com coisas imortais.

(ARENDDT: 1979, p. 105) Em qualquer caso, a palavra designava uma atividade e não uma crença, e o que a atividade requeria era um espaço imperecível garantindo que o “imortalizar” não fosse em vão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 69-126.

BORGES, V. P. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005 p.203-233.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga – Dicionário biográfico*. (?): Art Editora / Círculo do Livro, (?).

CORASSIM, Maria Luíza. “Biografia e História na ‘Vita Aureliana’”. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Biografia, biografias*. São Paulo: Ed. Unijuí, vol. 17, nº. 33, 1997, p. 98-111.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: AMADO & FERREIRA. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

ORIEUX, Jean. “A Arte do Biógrafo”. In: Duby, G, et al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d, p. 33-42.

SUETÔNIO. *As vidas dos doze Césares*. São Paulo: Atena Editora, 1959, p. 9 – 62.

NOTAS

¹ A ordem eqüestre pertencia à camada superior da sociedade romana. Era formada por procuradores, membros da milícia, administradores e altos funcionários públicos. Mais informações estão contidas em ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989, pp. 110 – 171.

² O título correto da obra é duvidoso, conforme: BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga – Dicionário biográfico*. (?): Art Editora/ Círculo do Livro, 19??, P. 244.

³ De acordo com muitos historiadores, a obra foi encomendada justamente por este imperador.

⁴ É necessário deixar claro que me refiro a História do cotidiano realizada, sem levar em conta determinados aspectos referentes ao contexto histórico do período, no que diz respeito, por exemplo, à política, economia, religiosidade e sociedade.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

O Herói Ilidíaco e a Questão da Euforia Guerreira

Vania Maria Moragas Ferreira

Mestre em Estudos Clássicos pela UFMG

vaniamoragas@yahoo.com.br

“O guerreiro caminha por um estreito atalho em busca de sua *areté*, de uma atuação que deixe na memória dos homens o legado de sua força e destreza, de sua valentia e honra. E, todavia, nessa difícil busca a ameaça da *ate*: essa espécie de loucura que cega os heróis, imprime em seu coração de guerreiro a certeza do risco contante da transgressão. Um estreito atalho, em suma, cujas linhas estão indissolúvelmente traçadas na esteira do destino, da *moira*, que se impõe tanto aos homens como aos deuses”.

Quando se trata da *Ilíada* é desnecessário falarmos da grandiosidade desta obra, uma vez que tem, ao longo dos tempos, suscitado as mais diversas análises, sobre inúmeros aspectos, que podem ser tratados em conjunto ou separadamente sem, contudo, esgotar o tema. Um dos aspectos que mais chama a atenção nessa obra é, sem dúvida, o herói e o que ele representa não só na poesia épica como também dentro da cultura grega aristocrática.

O que nos propomos, neste artigo, é destacar algumas situações em que a euforia guerreira pode deixar a *areté*, passar pela *hybris* e chegar à *ate*, com conseqüências irreparáveis, sendo atribuída, na maioria das vezes à interferência divina. Antes porém de entrarmos na questão proposta, julgamos oportuno falarmos um pouco dos conceitos dessas palavras e do herói ilidíaco.

Encontramos a tradução da palavra *areté* como virtude, mas acreditamos que a melhor tradução para esta palavra seja excelência, já que a palavra virtude pode nos conduzir a um pensamento voltado para o cristão. Essa palavra tem grande importância na Grécia antiga, pois está ligada a um modo de pensar a educação pelo qual se pretende chegar a forma verdadeira de ser homem, sua autenticidade. A palavra *areté* indicaria essa superioridade guerreira, a excelência que distingue o herói dos demais, pois o herói não é

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

visto como um ser qualquer e sim como aquele que vive sua condição heróica no limite entre o humano e o divino. Sua mortalidade marca seu lado humano e suas qualidades excepcionais o aproximam do divino. Como afirma Francisco Murari Pires (PIRES, 1996/1997:153): “Qualificações de melhor e primeiro definem a excepcionalidade da excelência, da *areté*, de sua dignidade guerreira”.

Hybris é a palavra que remete ao excesso, a falta de medida. O excesso de autoconfiança leva o herói a acreditar que pode tudo e ao realizar façanhas é tomado por uma súbita loucura e acaba por tomar decisões insanas . Essa espécie de loucura súbita é a *ate* e levará o herói , uma falta de limites que será fatal tanto para o herói quanto para o grupo a que ele pertence.

A respeito do herói ilidíaco , podemos dizer que é um modelo de homem nobre e guerreiro. Nobre porque faz parte da aristocracia e guerreiro pela coragem e determinação em combates, tendo como propósito mostrar-se superior aos outros e, principalmente, inscrever seu nome na memória das gerações futuras.

Para isso, o herói precisa destacar-se tanto por seus feitos heróicos como pela sua capacidade intelectual. A importância da união do corpo e da mente traz ao herói a completude e isso comprova-se nas palavras de Fênix à Aquiles ao descrever a missão que lhe foi confiada por Peleu : “enviou-me para ensinar-te tudo isso, para tornar-te apto a falar e capaz de agir.” (*Il. IX, 154*) .

A busca por um ideal de perfeição faz do herói um ser notável, com atributos que o acompanharão como epítetos e trarão, a esse herói, honra e glória. Dentre outros, temos o reconhecimento de Aquiles por sua capacidade ofensiva, de Ájax pela resistência defensiva, de Ulisses por sua astúcia . Todos, sem exceção, conhecem a exata dimensão de suas qualidades e esperam ser reconhecidos por isso. Mas, em meio a tantos heróis seria possível escolhermos, entre eles, um que se destacasse e fosse considerado o melhor?

Seria difícil a escolha, já que esta poderia incorrer em erro de julgamento e até mesmo ser considerada tendenciosa, uma vez que cada um, a sua maneira, é o melhor naquilo que se propõe a fazer. Ou então poderíamos, na tentativa de responder a pergunta, adotar uma postura igual a de Gregory Nagy, (NAGY, 1979: 15-58) , dizendo que Aquiles seria o melhor na *Ilíada* e Ulisses o melhor na *Odisséia*.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

Evidentemente, a escolha do melhor guerreiro é instigante, mas, por agora, deixaremos essa problemática, tendo em vista que o debate dessa questão fugiria ao nosso objetivo aqui proposto.

Sabemos que o herói procura se imortalizar e para tal não é suficiente ser naturalmente dotado de virtudes. É preciso que essas virtudes sejam reconhecidas pelos companheiros e também pelos adversários. Diante disso, torna-se evidente que o não reconhecimento das qualidades do herói pelo grupo e pelos outros é, para ele, motivo de desonra e, uma vez desonrado, o herói reage como ocorreu nos cantos I e II entre Agamêmnon e Aquiles. Aquele, diante da necessidade de devolver Criseida, usa seu poder político e arrebatou deste o seu despojo de guerra (Briseida). Essa é a primeira ação desastrosa da *Ilíada* e a causa de grandes prejuízos para os Aqueus, pois Aquiles, indignado, retira-se do combate.

Ora, se atentarmos para as circunstâncias que envolvem a cena e para as ações adotadas pelos protagonistas, veremos que o que temos aqui são heróis individualistas e egoístas. Agem como se só a vontade deles importasse e colocam em risco a vida dos companheiros e até mesmo a vitória no campo de batalha. Notamos que nessa ideologia individualista, a vontade do herói torna-se a medida de todas as coisas e esse modo de ver faz com que o herói, diante da indignação e da desonra, tome atitudes extremas, insensatas e inconseqüentes sem perceber que a *areté* dá lugar à *ate*.

Uma maneira de justificar a ação humana é atribuir estas ações aos deuses. Hugh Lloyd-Jones, (JONES, 1983:3), diz que: “a ação na *Ilíada* se dá em dois planos, um humano e um divino, estreitamente ligados por vários caminhos em que os deuses influenciam o comportamento humano”.

Apesar disso, não temos na cena que marca o início da cólera de Aquiles, nenhum sinal de interferência divina na ação humana. Como nos lembra Teodoro Rennó Assunção (ASSUNÇÃO 2005:4), “a ação originária da cólera é, portanto, um erro demasiado humano mais grave do chefe de um exército em campanha, erro que não é descrito como tendo sido suscitado por um deus.”

Ao longo da *Ilíada* nos deparamos com inúmeras ações divinas e humanas e que essas ações são vistas como formas de se cumprir o plano de Zeus. Devido a isso, a guerra

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

de Tróia seria um plano de Zeus para aliviar a superfície da Terra. Contudo, há momentos em que a ação divina se dá seguida por uma ação humana e outros em que há uma inversão na ordem das ações e é importante salientarmos que nem toda ação é determinada pelos deuses e que mesmo que a ação seja obra do divino, não tira a responsabilidade da ação presente nos humanos.

Tomemos como exemplo a cena em que Pátroclo veste a armadura de Aquiles e vai para o campo de batalha. Porém, antes de seguir para a luta, é orientado por Aquiles :

“Repelindo o inimigo dos navios, volta, ainda que o tonante esposo de Hera te permita conquistar a glória; não queiras, sem mim, combater os belicosos Troianos: far-me-ias honrar menos. Nem conduzas teus soldados para Ílion, na alegria da guerra e da carnagem, matando os Troianos, a fim de que não desça do Olimpo um dos deuses eternos; os Troianos são muito queridos de Apolo, que afasta de longe. Volta-te, quando houveres ascendido a luz da salvação sobre os navios; e deixa que lutem os outros na planície.” (Il. XVI,278).

Pátroclo poderia ter recuado, em diversas ocasiões, durante o combate, mas não o fez. Em sua euforia guerreira é tomado pela *ate* e no canto XVI suas ações são assim descritas: “Patroclo, excitando os cavalos e Automedonte, perseguia Troianos e Lícios, e grande foi seu desvario. Insensato! Houvesse seguido as instruções do filho de Peleu, e decerto teria escapado à ruim divindade da morte negra.” (p. 293) .

Até mesmo o deus Apolo o adverte para que retire-se do combate : “Retira-te, descendente de Zeus, Pátroclo ! Não está destinada a cidade dos altivos Troianos a ser devastada por tua lança, nem por Aquiles, que, no entanto, é bem melhor do que tu.” (p. 294). E nem assim ele recua. Pátroclo não renuncia matar e por isso morrerá. Agindo de maneira desmedida ele se sacrifica e acaba por levar Aquiles a retomar os combates junto aos Aqueus.

A análise de Albin Lesky, em *Motivation by Gods and Men*, a respeito dessa cena mostra que Pátroclo foi vítima do desastre por sua falta de moderação (*hybris*) e por não ter seguido os conselhos de Aquiles, mas aponta as ações desse herói como sendo “parte do plano de Zeus”.

Neste sentido, diríamos que a ação humana e os planos divinos se completam. Entretanto, não devemos levar longe demais estas associações, já que não é para agradar

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

aos deuses que os heróis agem. Somos sabedores de que o herói pretende demonstrar sua excelência guerreira e no impulso acaba extrapolando, passa ao desvario e deixa de lado qualquer conselho seja ele humano ou divino.

Outra situação de *ate* que não poderíamos deixar passar despercebida é quando Heitor se esquece do aviso, da deusa Íris, de que a vitória dos Troianos seria temporária, já que duraria somente até o final do dia. Por causa de seu esquecimento, é tomado pela *ate* e diante da proposta de recuo feita por um membro da assembléia, Heitor reage :

“Polidamas, cessas de agradar-me falando assim, tu que nos aconselha a ficar na cidade depois de voltarmos a ela.” E ainda : “Mas agora que o filho de Cronos de espírito sutil me concedeu recolher a glória, junto das quilhas, e empurrar para o mar os Aqueus, insensato ! não tornes a enunciar essas pensamentos diante do povo. Nenhum Troiano te seguirá: não o permitirei.” (*Il, XVIII, 326*) .

Tardiamente, Heitor reconheceu seu erro. Sentiu vergonha por ter recusado a proposta da assembléia , porém sabia que se recuasse, naquele momento, seria questionado. Seu excesso de responsabilidade foi fatal tanto para ele como para muitos Troianos e isso também ele reconheceu:

“... Se eu transpuser estas portas, Polidamas será o primeiro a cobrir-me de censuras, ele que me sugeriu trazer os Troianos para a cidade, no princípio desta noite funesta em que se levantou o divino Aquiles. Mas não o ouvi, e sua sugestão era bem melhor. Agora perdi as tropas por minha presunção, receio os Troianos e as Troianas de véus roçagantes e que alguém me diga, sem me valer : Heitor, por confiar em suas forças, perdeu as tropas.” (*Il, XXII, 380*) .

Merecem nossa observação, ainda, dois episódios diretamente relacionados às ações de Heitor . No primeiro remete-mo-nos ao canto XV, em que Zeus traça à Hera um roteiro, ainda que minimizado, dos acontecimentos futuros:

“...que Heitor seja impelido ao combate por Febo Apolo, e este lhe reanime o ardor, dissipe as dores que agora lhe atormentam os sentidos, e faça em troca que lhe voltem as costas os Aqueus, inspirando-lhes uma fuga sem valor; e para que esses fujões caiam junto dos navios de inúmeros remeiros do filho de Peleu, Aquiles. Este fará levantar-se o amigo, Pátroclo, que cairá sob a lança do ilustre Heitor, defronte de Ílion, depois de haver matado muitos jovens, entre os quais

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

meu filho, o divino Sarpédon. Furioso com a morte de Pátroclo, o divino Aquiles matará Heitor.” (*Il*, XV, 258) .

No segundo episódio, já no canto XVIII , há uma interferência divina no tempo de duração do dia em que é concedida uma vitória parcial aos Troianos e o período é reduzido, conforme transcrevemos a seguir: “A venerável Hera de olhos de novilha mandou o sol infatigável, mau grado seu, para o curso do oceano. Nele mergulhou o sol, e os divinos Aqueus cessaram a rude batalha e o combate igual.” (*Il*, XVIII, 325) . Essa passagem nos causa uma estranha surpresa, pois se Hera acelera o curso do sol, curiosamente ela assume a função de Zeus e apressa assim, a vitória dos Aqueus. Isso mostra que a *Ilíada* não é só um resultado da vontade de Zeus, mas também da interferência de outros deuses, muito embora o curso da guerra esteja definido por Zeus, que tem a palavra final.

Evidencia-se, dessa forma, o destino da cidade Troiana, pois não tem como Tróia não ser destruída, mas para isso é preciso que Heitor tenha seu momento de glória, o que inclui a morte de Pátroclo, para que Aquiles volte a combater e mate Heitor.

Ao analisarmos as ações humanas vemos que é particularmente interessante, a explicação dada pelos heróis, a fim de justificar o excesso em suas ações. Não tendo outra alternativa senão reconhecer o erro, cabe a eles declararem-se culpados ou, como fizeram, atribuir a culpa aos deuses.

Agamêmnon afirma : “Mas a culpa não é minha: é de Zeus, é do Destino, é da obscura Erinis, que, na assembléia, mergulharam minha alma em selvagem cegueira, quando eu mesmo arrebatei a Aquiles sua recompensa.” (*Il*, XIX,338).

Aquiles, por sua vez, também culpa Zeus pelo ocorrido: “Zeus Pai, grandíssimos são os desvarios que dás aos homens. Nunca me teria o Atrida conturbado o coração no peito, nunca teria arrancado de mim essa mulher, mau grado meu, com o coração inflexível. Mas Zeus queria, então, a morte de muitos Aqueus...” (*Il*, XIX, 343).

Pátroclo não reconhece sua *ate* e atribui sua derrota à Zeus e Apolo :

“Agora, Heitor, triunfa bem . Deram-te a vitória Zeus filho de Cronos e Apolo, que facilmente me subjugaram: pois eles mesmos me arrancaram as armas dos

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.69-76

ombros ! Se vinte homens como tu me tivessem afrontado, todos, de golpe, teriam perecido, suplantados por minha lança. Mas a mim, foram o destino funesto e o filho de Latona que me mataram e, entre os homens, Euforbo. Chegaste em terceiro lugar, e agora me despojas !” (*Il* , XVI , 297).

Somente Heitor reconhece, embora tardiamente, sua insensatez, como já mencionamos anteriormente.

Parece estranho que homens com tantas qualidades possam, em algum momento, agir de forma tão insensata, porém aceitar a desonra ou recuar no campo de batalha é, na concepção heróica, demonstração de fraqueza e isso fere o objetivo do herói que é ser lembrado por gerações futuras, alcançando a glória. Para o herói é preciso, sem demora, realizar façanhas, posto que ele deve optar entre uma vida breve, mas gloriosa, e uma vida longa, isenta de grandes feitos.

Entendendo que na base desse conflito do herói na escolha entre a glória e o retorno encontra-se a questão real da valorização da morte jovem em confronto com o retorno e uma vida longa, questiona-se o valor dessa empresa guerreira, pois embora haja na guerra uma dimensão comunitária pode, muitas vezes, gerar conflitos abissais para o homem frente ao mundo que o rodeia.

A glória não seria exatamente morrer, mas matar. Pois se a glória de um está na breve morte, maior glória é de quem o mata. A glória se daria não pela morte em si, mas pela grandeza de atos anteriores.

Consideramos que as ações dos heróis, acima examinadas, são representativas para a compreensão da euforia guerreira e de sua evolução da *areté* à *ate* , bem como das conseqüências desastrosas que essa mudança de comportamento excessiva causou . Portanto, podemos dizer que para alcançar seus objetivos o herói ilidíaco age, com ou sem a interferência dos deuses e muitas vezes com insensatez. É certo que o plano divino, na *Ilíada*, foi plenamente executado, mas a ação humana teve suas escolhas e responsabilidades. Os humanos pensaram, deliberaram, assumiram responsabilidades, e não se comportaram como meros fantoches.

Referências

**Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/
Semestre II/2008/pp.69-76**

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. *Ação Divina e Construção da Trama nos Cantos I e II da Ilíada*. Letras clássicas: São Paulo, v. 5, p. 63-77, 2005.

FINKELBERG, M. *Time ans Arete in Homer*. In : Classical Quarterly 48 (i) 14-28 , 1998 .
Printed in Great Britain .

HOMERO. *Ilíada* . (trad. Octávio Mendes Cajado) São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1961.

LESKY, Albin . *Motivation by Gods and Men* . In ; HOMER Critical Assessments (translated from the German by H. M. Harvey). Vol II . Ed. By Irene J. F. de Jong . London and New York

LLOYD-JONES, Hugh . *The Justice of Zeus* . 2 ed. University of California Press. Berkeley, Los Angeles, London, 1983.

NAGY, Gregory. *The Best of the Achaeans*. Baltimore : The Johns Hpkins Univesity Press, 1979 (cap. 1, 2, 3 – p. 15-58)

PIRES, Francisco Murari. *A Areté Heróica e a Guerra de Tróia : O melhor dos Aqueus (Aquiles, Ajax e Odisseu)*. In : Clássica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos. São Paulo. Publ. Anual v. 9/10 . n. 9/10 , 1996/1997 . p. 145-162 .

VERNANT , Jean Pierre . *A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado* . (Trad. E. Kossovitch e J. A. Hansen), Discurso 9 (1979), 31-62. As origens do pensamento grego (trad. Ísis B.B. da Fonseca). São Paulo : DIFEL, 1984 (4º ed.).